

CEDI - P. I. B.
DATA 06 12 89
COD. BOD46

- POLONOROESTE -

fipe fundação instituto de pesquisas econômicas

Terceiro Relatório de Avaliação Bororo

RELATÓRIO SOBRE O II ENCONTRO NACIONAL DE
LÍDERES BORORO, ALDEIA DO CÓRREGO GRANDE,
RONDONÓPOLIS, MT.

(OS no. 3 - Ref. Relatório no. 3.2.2 - 1986/1987)

PAULO MARCOS N. SERPA

SÃO PAULO
MAIO - 1987

FIPE-Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Terceiro Relatório de Avaliação Bororo

RELATÓRIO SOBRE O II ENCONTRO NACIONAL DE LÍDERES
BORORO, ALDEIA DO CÓRREGO GRANDE, RONDONÓPOLIS, MT.

(OS n° 3 - Ref. Relatório n° 3.2.2 - 1986/1987)

Paulo M. N. Serpa

SÃO PAULO
MAIO/87

APRESENTAÇÃO

Neste relatório apresento as atividades desenvolvidas durante a viagem que realizei para participar dos trabalhos do II Encontro Nacional de Líderes Bororo, na Aldeia de Córrego Grande, Reserva de Tereza Cristina, Rondonópolis, MT.

Na primeira parte apresento um histórico do movimento Bororo e relato, em seguida, as atividades desenvolvidas durante a reunião.

Na segunda parte apresento outros tipos de informações sobre a situação de saúde da população indígena assistida pela Superintendência de Cuiabá.

Na terceira parte, a pedido da coordenação da equipe de avaliação do Polonoroeste, apresento na forma de fichas-resumo informações sobre a situação das áreas Bororo vinculadas ao projeto de dotação do Polonoroeste.

Por último, seguem em anexo diversos documentos e matérias da imprensa sobre os Bororo.

PARTE I
ANTECEDENTES

O surgimento de um movimento reivindicatório Bororo reflete o alto grau de insatisfação em que se encontra esse grupo; depois das violentas etapas do processo de contato com a sociedade nacional.

O histórico da perda das terras tradicionais, o degradadante processo de depopulação e a lastimável situação médico-sanitária e educacional, em grande parte das aldeias atuais, fizeram brotar uma consciência reivindicatória e um forte desejo de lutar pela sobrevivência do grupo. A vontade coletiva de resolver a situação instável das terras reservadas é o que leva o movimento Bororo a buscar atuar nas diferentes situações jurídico-fundiárias destas áreas, como por exemplo, na situação das áreas de Tereza Cristina, Jarudori e Poboajari.

Historicamente, os Bororo sempre revidaram o avanço da sociedade nacional sobre suas terras. Em fins de século XIX, coma "pacificação" dos Bororo do Vale do São Lourenço encerra-se a guerra que havia durado mais de 150 anos. Entretanto, a resistência não termina aí, mas renasce em situações de confronto com representantes da colonização, principalmente nas áreas de garimpo.

O melhor exemplo de resistência aconteceu na região do médio São Lourenço, sob o poder carismático do Boeimejera Cadete, que durante décadas comandou uma confederação de várias aldeias Bororo, conseguindo impor limites à gana espoliativa das fazendas sobre o território tribal. Seu poder, respeitado por Rondon, salvou aos Bororo muitas áreas que foram posteriormente reservadas para eles.

A morte de Cadete ocorreu anteriormente aos anos mais violentos do contato, as décadas de 40 a 60, quando os Bororo foram expulsos de suas melhores terras, quando muitas aldeias desapareceram devido às doenças que se abateram sobre uma população totalmente desassistida pelo SPI, período este em que o

movimento de resistência praticamente desapareceu.

No início dos anos 70, na área da Missão Salesiana, onde a ação dos agentes havia sido mais forte em termos aculturativos, é que renasce o movimento de recuperação das terras. O movimento do Meruri vem reivindicar a demarcação das terras que estavam sendo roubadas pelos fazendeiros vizinhos, sendo que muitos deles haviam sido colocados ali pelos próprios salesianos.

O início dos trabalhos de equipe de agrimensores da FUNAI, juntamente com a equipe de Bororo, veio acirrar os atritos com os fazendeiros, que, apoiados por políticos e investidores de projetos agro-pecuários da região, organizaram um movimento contra a demarcação e contra a averiguação dos títulos das terras, cuja autenticidade era questionada.

O conflito explode em 15 de julho de 1983, quando a Missão é atacada por 62 fazendeiros armados, que mataram o Padre Diretor, Pe. Rodolfo Lukenbein, e o índio Simão, ferindo outros quatro Bororo. O massacre do Meruri, como ficou conhecido este acontecimento, revelou à opinião pública a realidade da situação fundiária das terras indígenas e apresentou aos índios que tipo de inimigo ele teria que enfrentar, e fez solidificar uma aliança com os vizinhos Xavantes, os tradicionais inimigos Kaiaimo, reforçando a continuidade da luta nas situações que posteriormente o grupo teria que enfrentar em outras áreas reivindicadas.

O massacre do Meruri não intimidou o movimento Bororo e este foi vingando nas outras áreas, ora manifestando-se contra a política emancipacionista dos projetos de desenvolvimento, implantada pela FUNAI, e contra a atuação de funcionários corruptos, era cobrando a obrigação da FUNAI na demarcação das terras.

Entre 15 e 19 de agosto de 1983, realiza-se na aldeia do Garças (Jakorequewau), recentemente levantada por famílias dissidentes da Missão Salesiana, uma iniciativa pioneira entre os Bororo. O 1º Encontro Nacional dos líderes Bororo pode ser

considerado um marco histórico na luta indígena pelos seus direitos e a reunião do Garça passou a ser um exemplo a ser imitado pelas demais nações indígenas do Estado do Mato Grosso.

O 1º Encontro Bororo contou com a participação de vários líderes das reservas de Perigara, Tereza Cristina, Tadari mena, Sangradouro, Meruri e Garça, que discutindo os problemas específicos de cada aldeia chegaram ao ponto comum da necessidade de união entre os Bororo e destes com as outras nações indígenas.

A organização da reunião esteve à cargo do grupo denominado PRIMBO - Projeto Indígena Bororo, que posteriormente teria papel importante na criação da UNI - União das Nações Indígenas, o qual divulgou, após o encerramento da reunião, um documento contendo as principais reivindicações do movimento e várias denúncias contra a atuação (ou falta de atuação) da FUNAI. (Veja anexo 1).

A partir deste encontro a participação das lideranças Bororo no Movimento Indígena Nacional tornou-se destacada. Os Bororo participaram intensamente da criação da UNI, das lutas pela deposição dos delegados da 5a. DR e da Ajudância de Barra do Garças, dos movimentos ocorridos na sede, em Brasília.

Ao longo do processo de abertura política, os Bororo apoiaram a candidatura de Mário Juruna e participaram assiduamente junto à Comissão Permanente do Índio, criada pela Câmara Federal dos Deputados, logo após o movimento contra o Decreto Federal de EMANCIPAÇÃO DO ÍNDIO.

A organização política Bororo não ficou impune às reações do próprio órgão tutor, principalmente na pessoa de funcionários ligados ao sistema de informação do regime autoritário, que, através do fomento de intrigas, provocaram a desunião entre facções políticas Bororo que acabaram provocando a morte do atendente de enfermagem Otávio Kodokodo, em agosto de 1984. (Vide anexo 2).

Os rumos da política indigenista oficial, sob a Nova República, em quase nada a diferenciam da política dos Coronéis. O movimento Bororo, agora reforçado pela possibilidade de alguns Bororo participarem da máquina burocrática do órgão tutor, consegue levar em frente o trabalho de conscientização sobre a necessidade de união, organização e de luta por seus direitos. As recentes invasões na área de Tereza Cristina, o momento político criado com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte e a crise administrativa atual do órgão tutor, levaram os Bororo ao planejamento de um novo encontro de lideranças sediado na aldeia de Córrego Grande.

Apoiados política e financeiramente pela UNI, pelo CIMI e até pela Superintendência de Cuiabá, os Bororo se reuniram, durante uma semana, na aldeia de Córrego Grande, onde discutiram os rumos do movimento para a resolução dos problemas fundiários, de saúde, de educação e de administração de seu território atual.

O convite e a participação de entidades como a UNI, o CIMI, a Missão Salesiana, a FUNAI e os antropólogos de São Paulo se devem ao trabalho e compromisso com a luta indígena. A participação de Sylvia C. Novaes e a minha própria se devem, principalmente, ao trabalho que desenvolvemos junto aos Bororo, ora pelo CTI - Centro de Trabalho Indigenista, ora como avaliadores do Programa Polonoroeste. No primeiro caso, pelos projetos de apoio às atividades de pesca, de processamento de alimentos e de recuperação da memória cultural, através da aquisição junto a entidades internacionais de barcos, motores, combustível, máquinas de processamento de mandioca e de gravadores e fitas magnéticas. No segundo caso, pelos trabalhos de avaliação, conjuntamente com as comunidades, da aplicação das verbas do Polonoroeste e pelo trabalho de organização, análise e encaminhamento dos documentos referentes à situação fundiária das terras reservadas, principalmente no caso da Reserva de Tereza Cristina. (Vide Relatórios FIPE-USP e vide anexo 3).

O IIº ENCONTRO NACIONAL DE LÍDERES BORORO

No dia 27 de abril de 1987, encontravam-se reunidos, no pátio central da aldeia de Córrego Grande, as lideranças Bororo das aldeias de Perigara, Córrego Grande, Tadarimana, Meruri, Garças e Sangradouro. Estavam ausentes os representantes das aldeias do Pobore e do Piebaga, devido a problemas de saúde em suas áreas. Encontravam-se também presentes assessores da Superintendência da FUNAI de Cuiabá, de Barra do Garças, a equipe de agrimensores da FUNAI de Cuiabá, o administrador do escritório de Rondonópolis, representantes da Missão Salesiana, do CIMI, a equipe da TV-Bandeirantes, Jornalistas da imprensa de Cuiabá, representantes da UNI, assessores do CTI e da equipe de Avaliação do Polonoroeste.

A coordenação do encontro, a cargo da Comissão de Bororo do Meruri e de Córrego Grande, definiu, no início da reunião, que a pauta do primeiro dia seria a discussão da questão das terras Bororo invadidas, no caso, as áreas de Jarudori, Pobojarri e Tereza Cristina.

Segundo a tradição, coube aos velhos Bororo a apresentação inicial do problema das áreas em questão. Em língua indígena, discorreram sobre o histórico dessas áreas e do processo de esbulho que elas sofreram. A complexidade da questão fundiária de cada área e as discordâncias que surgiram, na discussão, sobre a forma de atuação nesses problemas, vieram culminar na priorização da situação da área de Tereza Cristina.

Desta forma, ficou combinado que o movimento reivindicatório centraria todas as forças na resolução imediata da situação da área de Tereza Cristina, para depois, reforçado na vitória dessa ação, o movimento pudesse avançar na recuperação das outras áreas. Neste sentido, a assembléia deliberou o apoio total aos trabalhos iniciais da equipe de agrimensores da FUNAI, que se encontrava na área, bem como as orientações apresentadas pelos representantes do CIMI e da Superintendência de Cuiabá.

O segundo dia de reunião foi dedicado à apresentação da situação fundiária de Tereza Cristina pelos Bororo de Córrego Grande; pela apresentação do apoio das lideranças das outras aldeias à solução imediata do problema dessa área, e, pela apresentação das opiniões das diferentes entidades ali representadas (CIMI, Salesianos, FUNAI, Antropólogos e Jornalistas) sobre o mesmo assunto.

Neste segundo dia, destaca-se a decisão unânime de reivindicar o respeito ao Decreto de 1969 (26 mil hectares) acrescido da incorporação da Fazenda Santa Maria. O Capitão de Córrego Grande, José Kadagare, afirmou que a recuperação da área original demarcada por Rondon, os 65 mil hectares, não seria possível, uma vez que, com exceção da área decretada, o restante estava nas mãos de grandes fazendeiros que já tinham ocupado e descaracterizado totalmente a área esbulhada.

A fala dos outros participantes veio reforçar a necessidade de redefinir os limites da área decretada, já que grande parte dos limites estavam invadidos pelas fazendas da família Bressan e do deputado estadual Moisés Feltrin, além de reivindicarem a reincorporação das áreas invadidas pelo fazendeiro José Pinto e da área da fazenda de Licínio Arantes (Faz. Santa Maria).

O ponto crítico do segundo dia de reunião foi a questão da indenização das áreas invadidas apresentada pelos funcionários da FUNAI. Esta questão provocou a indignação dos Bororo, já que para eles a indenização deveria ser para os Bororo que tiveram suas terras invadidas e dilapidadas dos recursos naturais pelos fazendeiros.

A reunião do segundo dia encerrou-se com a apresentação de soluções práticas para a resolução do problema fundiário, feitas pela assessoria da FUNAI e pelo advogado do CIMI, Dr. Hércio Gomes. Ficou estipulado que a ação jurídica seria desenvolvida conjuntamente pela FUNAI, pelo CIMI e pelos Antropólogos, e, que a ação política ficaria a cargo da atuação do movimento Bororo junto aos políticos e administradores do órgão tu

tor. Caberia à FUNAI a imediata ação administrativa para a solução das invasões da área demarcada e o encaminhamento da anulação da certidão negativa da área da fazenda de Licínio Arantes. Ao CIMI e aos Antropólogos caberia a continuação da ação junto ao poder judiciário, através da impetração de mandatos e da reabertura dos processos movidos contra os 85 invasores da área decretada por Rondon. (Vide anexo 4).

Por último, decidiu-se que naquela noite haveria uma reunião entre os Bororo para organizar o terceiro dia do encontro e que os agentes brancos também se reuniriam separadamente para definir de forma conjunta os passos necessários para o encaminhamento da resolução do problema da área de Tereza Cristina.

A reunião dos representantes da FUNAI, do CIMI, dos Salesianos e dos Antropólogos decidiu naquela noite que os passos necessários para o encaminhamento de soluções deveria seguir as seguintes fases de atuação:

- 1a. Fase - Levantamento fundiário da Fazenda Santa Maria do Sr. Licínio Arantes, à cargo da equipe de agrimensores da FUNAI, sob a coordenação do Engenheiro Arnaud.
- 2a. Fase - Levantamento dos limites da reserva na área serrana e o levantamento da área das fazendas que estiveram dentro dos limites do Decreto de 1969. Este trabalho coordenado pelo engenheiro Arnaud e sua equipe contaria com a participação do chefe de posto, Sr. Francisco Campos, e de uma equipe de Bororo da aldeia de Córrego Grande.
- 3a. Fase - Imediato pedido de anulação da certidão negativa da área da Fazenda Santa Maria a fim de subsidiar a ação na justiça e conter o loteamento da área a pequenos proprietários, já que muitas pessoas da região haviam pago as primeiras prestações com a promessa de certidão no futuro. Este pedido de anulação ficaria a cargo do Dr. Hélio de Paula, assessor da Superintendência de Cuiabá.

- 4a. Fase - Ingresso em juízo, a cargo do advogado do CIMI, Dr. Hércio Gomes, para não permitir o loteamento da fazenda do Sr. Licínio e para garantir a posse indígena.
- 5a. Fase - Encaminhamento da proposta de alteração dos limites da área, depois de concluídos os levantamentos das fases 1a. e 2a., que ficaria a cargo do assessor da FUNAI, Dr. Hélio de Paula.
- 6a. Fase - Embasamento Histórico-Antropológico para fundamentar junto ao GT interministerial (Decreto 88.118/83) a proposta de alteração dos limites, a cargo dos antropólogos Paulo Serpa e Sylvia C. Novaes.
- 7a. Fase - Pedido de liberação de verba para a indenização das benfeitorias da Fazenda Santa Maria, caso seja necessário, junto ao Polonoroeste, que ficaria a cargo de Paulo Serpa e Sylvia C. Novaes.
- 8a. Fase - Solicitação das providências retro-citadas a cargo de comunidade Bororo.
- 9a. Fase - Acompanhamento dos trabalhos e dos encaminhamentos a cargo da Comissão Bororo criada no encontro que teria papel fundamental na luta política para a solução imediata dos problemas apresentados.

O terceiro dia de reunião foi reservado inicialmente à discussão dos problemas dos setores de saúde, educação e administração e finalizou com a fala de todos os líderes de aldeias e dos representantes das entidades, encerrando-se assim o encontro.

A participação das mulheres foi fundamental na discussão da situação de educação e saúde. Como mães, elas apresentaram graves denúncias sobre a atuação da FUNAI no setor de saúde, principalmente com relação à precária assistência na área do posto, a falta de medicamentos e instalações, a ausência da enfermeira, a falta de assistência da Equipe Volante, a ausência de transporte para os casos graves, a discriminação dos Bororo

quando são atendidos nos hospitais conveniados com o FUNRURAL e a lamentável situação da chácara da FUNAI em Cuiabá.

Apresento abaixo, parte do depoimento do Bororo José Agoa, que muitas vezes substitue a pessoa do atendente de enfermagem contratado e que nunca teve sua situação trabalhista resolvida, que resume claramente o grau de insatisfação da comunidade com relação à precária assistência médico-sanitária da FUNAI.

"Nós queremos esta terra p'ra nós viver nele, p'ra ter gente, p'ra nós cuidar dele. Por parte de saúde, nós não quer que nós morre, nós não queremos morrer mais, nós não queremos ser mal atendidos como era"

Em função das graves denúncias apresentadas, os representantes da FUNAI prometeram fazer mudanças e resolver imediatamente os problemas mais graves. O chefe da administração de Rondonópolis prometeu demitir o médico recém-contratado por ter este recusado assistir, por duas vezes, os casos de saúde ocorridos em fins de semana. O que se pode observar é que as denúncias que fizemos em dois relatórios de avaliação não foram levadas em conta e como já havia previsto o Dr. Enzo, médico da FUNAI que se demitiu recentemente, a situação de saúde das áreas sob administração de Cuiabá chegaria a uma situação tão lastimável que seria necessária a intervenção do Ministério da Saúde. Pelo que se pode registrar ao longo dos depoimentos Bororo é inevitável a intervenção, dada a falência do setor de saúde sob cuidados da Superintendência de Cuiabá.

A situação do setor Educação também mereceu graves denúncias. Apesar do excelente trabalho da Irmã Maria, a escola de Córrego Grande vive momentos de grave crise. Os Bororo, pais e mães e os próprios alunos denunciam que a merenda escolar é desviada, ora para as aldeias Bakairi ou Xavante, ora consumida no Posto Indígena. Nesta situação, a professora teve que investir dinheiro próprio ou obter junto as prefeituras de Juscimeira e Rondonópolis a merenda necessária para a escola.

As denúncias indicam que as verbas do Polonoroeste destinadas para a escola e para o saneamento básico (abertura de po-

ços d'água) foram desviadas. Neste caso, não se pode comprar o fogão para o preparo da merenda e nem foi possível a abertura dos poços d'água (os dois poços existentes estão contaminados).

A questão administrativa mereceu a apresentação de várias reivindicações, tais como a participação na Administração de Rondonópolis, o controle das dotações para as aldeias Bororo, a contratação de monitores Bororo nos setores de educação e saúde. O que indica uma tomada de posição dos Bororo frente à política administrativa da Superintendência de Cuiabá.

À título de ilustração, apresento abaixo parte do depoimento de um jovem líder Bororo sobre a questão administrativa:

"Queremos nesta aldeia um monitor de ensino, um de saúde. Queremos dois índios trabalhando nessa delegacia de Rondonópolis. Esperamos que o Sr. Carlão não seja igual aos outros delegados de Cuiabá. Não queremos que aconteça o que se deu com o dinheiro para a instalação de água aqui na aldeia. O Sr. Eugênio (assessor do Superintendente) não sabe onde está o dinheiro, eu sei, foi p'ra outras aldeias (Bakairi). Os Bororo são pingüços, eu sei, os Bororo são pingüços mesmo, mas eles tem direito nessa delegacia. Por isso eles não precisam ser massacrados pelos funcionários da FUNAI. Outros índios podem ficar lá na delegacia, eles estão imitando os Xavantes, e nós também podemos começar a imitar os Kaiamo (Xavante). Nós não pretendemos usar da violência, da pressão com o Sr., mas do jeito que está nós vamos ser como os Kaiamo. Tudo bem, até hoje nós não encontramos esse cara que honra em lutar pelo índio. Queremos uma organização nesta administração que está abrindo em Rondonópolis. E a nossa viatura, quando é que vêm?"

Finalizando a discussão, a palavra foi passada aos líderes das outras aldeias. Falaram os líderes de Tadarimana (Eduardo Kogue), de Meruri (João Bosco), de Perigara (José), e por último o coordenador do encontro, Paulo Mericureu (Representante da UNI), que anunciando a formação de uma comissão Bororo



para o encaminhamento do documento final do encontro passou a palavra para os representantes das entidades presentes.

Em resumo, apresentou-se as formas de encaminhamento a que chegaram os brancos para a solução do problema fundiário de Tereza Cristina, falou-se da importância política do encontro inter-aldeias e inter-entidades e finalizou-se com a apresentação de proposta de colaboração entre a equipe de avaliação do Polonoroeste e a assessoria da Superintendência para a elaboração conjunta da programação das verbas do Polonoroeste para as áreas Bororo.

À noite, a coordenação do encontro concluiu o documento final (que apresento abaixo), encerrando assim os trabalhos da reunião.

Posto Indígena Gomes Carneiro, 29 de Abril de 1987.

IIa. ASSEMBLÉIA INDÍGENA BORORO

Essa Assembléia promovida pela lideranças indígenas Bororo de todas as aldeias: Gomes Carneiro, Meruri, Rio Garças, Sangradouro, Tadamarina e Perigara.

A reunião foi realizada nos dias 27, 28 e 29 de abril de 1987. Nessa reunião resolvemos encaminhar às autoridades o seguinte documento:

Nós as Lideranças Indígenas Bororo que se localizam no Estado do Mato Grosso, estivemos três dias reunidos. Nessa reunião falamos muito sobre a questão da área Gomes Carneiro, as lideranças de todas as aldeias vieram exigir seu apoio para que esta redemarcação seja resolvida o mais rápido possível. Todos estão de pleno acordo em acompanhar esta redemarcação, já que a anterior é ilegal.

A terra é uma questão que todos os índios tem o cuidado em defendê-la, porque o índio quer a terra para sua própria sobrevivência, como também para preservar sua cultura. A caça e pesca que anteriormente não eram para nós esse grande problema, hoje são cada vez mais difíceis pelas constantes invasões dos

brancos. Essas invasões depredam a reserva pelo desmatamento e pela caça e pesca com fins lucrativos. Nós os índios defendendo o direito sobre a terra hoje reunimos para termos uma força maior para que possamos encaminhar este documento exigindo os nossos direitos.

Nesta reunião realizada, as lideranças se pronunciaram de que a Reserva Tereza Cristina, inicialmente de 100.000 hectares, foi demarcada por Cândido Mariano Rondon e posteriormente reduzidos para 65.000 hectares. Ao longo dos anos esta demarcação não foi respeitada pelo Estado e a própria tutora do Índio. A terra assegurada pelo Rondon esteve comprovada por documentos e mapas legais. Hoje existem vários fazendeiros dentro da histórica terra dos Bororo. A reserva redemarcada pela FUNAI em 1976, ganhou outro nome também, de P.I. General Gomes Carneiro, até esta área está invadida assim como a anterior e reduzida para apenas 26.000 hectares. Essa área foi reduzida porque a FUNAI forneceu uma certidão negativa de uma área de quase 3.000 hectares que está no coração da reserva e que é território indígena desde tempos imemoráveis.

As lideranças apelam para as autoridades que tomem todos os cuidados para que não penetrem mais posseiros ou obras enquanto se executa esta redemarcação. Soubemos que está previsto um loteamento na área invadida pelo Sr. Lícínio Arantes.

Preocupamos muito porque nesta reserva que está demarcada e sendo redemarcada existem grandes fazendeiros, sua presença pode ser comprovada por documentos da FUNAI e pelas lideranças Bororo.

A presença desses fazendeiros na nossa terra dificulta as caçadas e gera apreensão nos membros da comunidade que andam pela área.

Nessa reunião foi escolhida uma comissão de Bororo que irá exigir que se cumpram todos os procedimentos legais para regularizar essa área.

Discutimos também a necessidade de termos um melhor atendimento no setor de saúde e educação, que estão em condições



inviáveis.

O último ponto discutido foi a necessidade de uma reestruturação administrativa da FUNAI, que deveria ter pessoal não apenas interessado em ganhar dinheiro, mas que tenha também um compromisso com a causa indígena. Outra coisa que exigimos é que haja representantes Bororo entre os funcionários da FUNAI, que até agora tem dado mais privilégios á outras nações, se esquecendo dos Bororo. Queremos também que os monitores para educação e os atendentes de enfermagem sejam membros da comunidade.

Vamos tentar outra vez dar um crédito de confiança para um governo que agora é democrático. Mas estamos cansados de promessas e caso as autoridades não dêem uma solução rápida para esse caso, vamos resolver à nossa maneira.

(seguem as assinaturas das lideranças Bororo das aldeias participantes).

OBSERVAÇÕES FINAIS.

A realização deste encontro Bororo reflete o grau de conscientização da população na luta por seus direitos e pela sobrevivência. Em poucos anos os grupos Bororo do Vale do São Lourenço conseguiram vencer a situação de apatia em que se encontravam e mostraram uma capacidade inédita de formar lideranças jovens com uma forte vontade de luta (vide anexo 5, 6 e 7).

Para quem conheceu os Bororo há dez anos atrás, o que se conclue após este encontro é de que os Bororo renasceram e que nenhuma ação coercitiva irá fazê-los desanimar ao longo desse movimento pela auto-determinação. Os problemas internos, tais como as facções políticas e as dissidências, não serão mais manipulados pelos agentes da aculturação, pois uma vez recuperada a dignidade e a auto-determinação o grupo resolverá por si os problemas que o processo lhes apresentar.

A relação dos Bororo com os representantes das entidades presentes ao encontro denotou um grau de independência nunca visto. O estereótipo do Bororo humilde e passivo passou a não ter mais nenhuma validade para aqueles que reforçavam tal preconceito, principalmente para os agentes do órgão tutor (vide anexo 8). O Bororo já não se envergonha em assumir que consome bebida alcoólica e é consciente dos riscos desse hábito. Entretanto tem uma profunda convicção que tal hábito foi imposto pelo branco para dominá-lo e que tal costume não pode desmerecê-lo dos direitos que lhes são reservados.

Enfim, a capacidade política que transparece na concretização dessa reunião justifica a afirmação de que os Bororo sobreviverão apesar das previsões e dos interessados em sua extinção.

Com relação à participação das entidades, observa-se que o CIMI conjuntamente com a Missão Salesiana são um dos principais aliados da luta Bororo, pois a capacidade de defesa, de mobilização e de luta dessas entidades inibirão quaisquer reação contra o movimento renascente.

A participação da FUNAI, nas pessoas de seus funcionários, é inédita, e, demonstra um novo rumo da ação política dos agentes do órgão tutor. Entretanto, a disposição individual de tais funcionários nesta luta Bororo dependerá dos rumos do movimento e poderá ficar comprometida pela política oficial de órgão tutor.

A participação dos antropólogos de São Paulo vem configurar uma nova imagem criada pelos Bororo. Segundo eles, o antropólogo já aprendeu o que é ser Bororo, agora os Bororo estão aprendendo com eles o que é ser Branco, "por isso confiamos neles".

A imagem de que o antropólogo é alguém em quem o Bororo pode confiar foi sendo criada ao longo de vários anos através de inúmeras horas gastas em reuniões, em correspondência, em contatos telefônicos; ora traduzindo a linguagem do mundo burocrático, ora transmitindo noções de acompanhamento e de fiscalização do emprego das dotações nas áreas dos Postos Indígenas.

A aceitação e a participação dos antropólogos na luta indígena justifica reconhecer que a Antropologia é mais uma vez devedora dos Bororo, os quais, um dia propiciaram à LéviStrauss as bases de sua teoria estruturalista, e agora, resgatam-na de sua apatia política, indicando-lhe a necessidade de repensar sua atuação, antes que seja tarde demais.

PARTE II

OUTRAS OBSERVAÇÕES ACERCA DA VIAGEM

1 - Médico da FUNAI recusa atender Bororo em fins de semana

Registrei, em Rondonópolis, a partir de depoimento do Capitão de Piebaga, Sr. Silvino, que os dois casos de meningite diagnosticados em dois adultos de sua aldeia não foram atendidos pelo médico contratado pela Administração de Rondonópolis. Devido ao caráter contagioso da doença, os enfermos foram atendidos no hospital local pelo médico plantonista do FUNRURAL.

Afirmou o Capitão Silvino que tal atitude do médico já havia sido denunciada outras vezes. Como, por exemplo, no caso da esposa do Capitão Hermes, da aldeia do Pobore, cujo atendimento no fim de semana passado havia sido recusado pelo mesmo médico.

2 - FUNAI distribui pílulas anti-concepcionais às índias

Em Cuiabá, em contato com representantes do CIMI local, fui informado das denúncias feitas por esta entidade contra o programa de controle de natalidade que estava sendo aplicado pelo médico da FUNAI. A imprensa local, os jornais e a televisão, noticiaram a distribuição de pílulas anti-concepcionais a três mulheres índias, sendo que uma delas é uma jovem mãe de Córrego Grande.

A FUNAI respondeu de maneira contraditória a tais denúncias, o que provocou a interrupção do programa. Em anexo apresento cópias das notícias sobre o fato que foram publicadas na imprensa local (vide anexos de 9 a 14).

3 - Crítica situação da Chácara-Ambulatório da FUNAI

Em Cuiabá, em visita à Chácara-Ambulatório da FUNAI, pude constatar junto aos funcionários do órgão que a situação de atendimento médico está totalmente comprometida.

Em primeiro lugar, devido à precária situação do sistema de captação e saneamento básico. Há informação de que a água

de poço consumida está contaminada devido à falta de uma rede de esgoto.

Em segundo lugar, registra-se o excesso de pessoas alojadas, principalmente depois da ampliação da área de administração de Cuiabá. A Chácara-Ambulatório tem capacidade para 80 pessoas, no momento da visita estavam registrados mais de 140 pessoas, muitas delas alojadas no pátio, ao ar livre, com as redes de dormir armadas nas árvores.

Por último, registrei a apreensão dos funcionários pelo grande número de indivíduos Suruí que estavam chegando para o tratamento imediato de tuberculose.

Em termos gerais, observei que a falência do setor saúde da Superintendência de Cuiabá é de fato comprovável, o que torna urgente as medidas de intervenção do Ministério da Saúde.

PARTE III

SITUAÇÃO DAS ÁREAS BORORO VINCULADAS AO PROJETO DE DOTAÇÃO DO
POLONOROESTE

A.I. Perigara

fonte: Paulo N. Serpa

Localidade: PERIGARA

Município : Barão de Melgaço

Posto (s) : POSTO INDÍGENA PERIGARA

Pessoal : (1) Chefe de Posto

(1) Professora

(1) Atendente de Enfermagem

Aldeia (s): ALDEIA PERIGARA

Agrupamento: Não há

Área : 10.740 Ha.

Situação legal da terra: Demarcada pelo SPI aviventada pela FUNAI 1984.

Situação Fundiária: Não há problema.

População: Censo	Aldeia/Agrupamento	Total
SERPA (Jul/86)	PERIGARA	98

98

Situação da Saúde: A situação é precária. A enfermeira não está equipada para fornecer atendimento à população indígena e muito menos à população regional, que devido ao convênio FUNAI/FUNRURAL, tem direito de ser assistida na área indígena. Há falta de medicamentos e de material de consumo. Há falta de transporte para os casos graves, como também de assistência preventiva por parte da Equipe Volante de Saúde da Superintendência.

Situação da Escola: Em julho de 1986 a escola não estava funcionando devido à falta de professora. Recentemente a FUNAI contratou uma auxiliar de ensino que necessita de melhor orientação pedagógica, como também de condições de trabalho. Há necessidade de verba para a compra de material escolar como também de reforma do prédio da escola. O fornecimento da me-

rênda escolar precisa ser regularizado.

Observações: Há necessidade de liberação de verba para a compra de um barco, que é o meio de transporte ideal para essa área do Pantanal.

A.I. TADARIMANA

Fonte: Paulo N. Serpa

Município : Rondonópolis
 Posto (s) : POSTO INDÍGENA TADARIMANA
 Pessoal : (1) Chefe de Posto
 (1) Braçal
 (1) Professora
 (2) Atendente de Enfermagem

Aldeia (s): ALDEIA TADARIMANA
 ALDEIA POBORE

Agrupamento: KOWOGO I GURU
 Área : 9.785 Ha.

Situação legal da terra: Demarcada pelo SPI.
 Situação Fundiária: Não há problema.

População: Censo	Aldeia /Agrupamento	Total
Caiuby Novaes (Jul/86)	TADARIMANA	39
	KOWOGO I GURU	13
	POBORE	24

76

Situação da Saúde: Apesar da boa vontade dos atendentes e do empenho do Chefe do Posto, a situação de saúde permanece precária. Há falta de material de consumo (curativos, seringas, medicamento em geral) e de assistência preventiva da Equipe Volante de Saúde.

Situação da escola: A situação da professora é agora estável. Entretanto há necessidade de cursos de reciclagem voltado à realidade indígena. A escola deveria merecer mais atenção quando da elaboração da dotação anual, principalmente, para a compra de material escolar e para a regularização do fornecimento da merenda escolar.

Observações: 1) Há necessidade de reavivar os marcos da área instalados em 1949 e de liberação de recursos -

(combustível) para a vigilância do território.

- 2) Há necessidade de uma sindicância para apurar denúncias de desmatamento e venda de madeira nas áreas de Tadarimana e do Pobore.

A.I. TEREZA CRISTINA

fonte: Paulo N. Serpa

Município : Santo Antonio Leverger/Rondonópolis

Posto (s) : POSTO INDÍGENA GOMES CARNEIRO

POSTO INDÍGENA GALDINO PIMENTEL (desativado)

Pessoal : (1) Chefe de Posto

(1) Professora

(1) Atendente de Enfermagem

Aldeia (s): ALDEIA CÔRREGO GRANDE

ALDEIA PIEBAGA

Agrupamento: Não há.

Área: 25.694 Ha.

Situação legal da Terra: Demarcada pela FUNAI em 1976 Decreto Presidencial nº 64.018 de 22/01/1969 . Interdita área doada pelo governo de MT ao SPI (27/01/69).

Situação Fundiária: INVADIDA - A área está invadida pelas fazendas do Sr. José Pinto, Irmãos Bressan e Moisés Feltrim. Há também uma área de 3.000 Ha., excluída no Decreto de 1969, dentro da reserva. O proprietário tem certidão negativa expedida pela FUNAI.

População: Censo	Aldeia/Agrupamento	Total
CAIUBY NOVAES	CÔRREGO GRANDE	126
(Jul/86)	PIEBAGA	42
		168

Situação da Saúde: A situação é precária. Há falta de material de consumo (curativos, seringas, medicamentos). A enfermagem necessita de reformas urgentes, bem como a situação sanitária necessita de atenção, principalmente com relação aos poços de captação de água que estão comprovadamente contaminados.

Situação da Escola: A escola, sob responsabilidade da Irmã Maria, tem tido bom andamento. Entretanto, de

vido à falta de verbas para a compra de material escolar e de fogão para a merendeira, como também o fornecimento exíguo e precário da merenda escolar, e bom andamento da escola poderá ficar comprometido.

- Observações: 1) Há necessidade da ação administrativa da FUNAI com relação às invasões da área.
- 2) Há necessidade de redemarcar a área com a incorporação da fazenda excluída pelo Decreto 64.018.

ANEXOS

- 1) Pacto de União - Reunião dos Bororo é Marco na Luta por Direitos. *Contato* - Ago/Set - 1983.
- 2) Divisão e Morte entre Bororo. *Porantim* - Set - 1984.
- 3) Território Bororo: Repensando as Demarcações.
Sylvia Caiuby Novaes e Paulo Serpa.
Folha de São Paulo - 27/04/87 p.A3.
- 4) Representação e Requerimento Junto ao Procurador Chefe da República do Estado de Mato Grosso Para a Anulação da Certidão Negativa da Área da Fazenda Santa Maria para garantir a posse indígena.
Coordenadoria e Assessoria Jurídica do CIMI - Cuiabá-Cuiabá 27/01/87.
- 5) Bororos Querem suas Terras de volta: *Tribuna Cuiabana* - 17/05/87.
- 6) O Coração Bororo Volta a Pulsar mais Forte Agora. *Diário de Cuiabá*. 24/05/87.
- 7) Missionário Contesta Feltrin. *Tribuna Cuiabana*. 24/05/87.
- 8) Baixo Astral vai eliminando os Bororo. *Diário da Manhã*. Cuiabá - 01/05/87.
- 9) FUNAI está forçando índias Bororas tomarem pílulas anticoncepcionais. *Jornal do Dia*. 03/02/87.
- 10) FUNAI dá Anticoncepcionais a índias. *Diário de Cuiabá*. 03/02/87.
- 11) Pílulas: FUNAI refuta acusações do CIMI. *O Estado de Mato Grosso*. 05/02/87.
- 12) FUNAI condena CIMI por difamar. *Jornal do Dia*. 05/02/87.
- 13) FUNAI desmente as acusações do CIMI. *Diário de Cuiabá*. 05/02/87.
- 14) Índias da Nação Bororo mudam velhos métodos e estão tomando pílula. *Jornal do Brasil*. 20/02/87.



José Luiz Quiareware, de Jarudori

Pacto de união

Reunião dos Borôro é marco na luta por direitos

O lugar hoje ocupado pela capital de Mato Grosso, obrigou no passado uma das principais aldeias dos Borôro. Denominava-se "Ikuia-Pá" — nome dado a uma lança utilizada pelos índios para pesca — e que seria mais tarde aporuguesado, gerando o nome Cuiabá. O passado glorioso da grande Nação Boe, soberana na região, teve seu fim decretado a partir do contato com o branco desbravador. A exemplo do que aconteceria com outras tribos brasileiras, os Borôro foram sistematicamente massacrados e a população reduzida aos atuais 1.500 remanescentes, aproximadamente.

Alguns sobreviventes ocuparam as margens dos rios São Lourenço e Vermelho e seus afluentes, outros foram contactados pela missão salesiana entre os rios Araguaia, Garças e das Mortes. Estes grupos concentraram-se na aldeia do Meruri, Garças, Perigá

Colônia, Paraíso, Tadarimana, Córrego Grande, Piabaga e Jarudori e nestes oitenta e dois anos de contato com o mundo supostamente "civilizado", nunca haviam se reunido para discutir seus problemas.

O 1º Encontro Nacional dos Líderes Borôro, realizado entre os dias 15 e 19 de agosto, pode ser considerado então um marco histórico na luta da comunidade indi-



Paulo: "semente plantada"

gena pelos seus direitos, e aos Borôro coube o mérito da iniciativa pioneira. Iniciativa que tende a ser imitada pelas demais nações do Estado, haja vista a presença de sete representantes Bakairi na reunião dos Borôro, realizada na aldeia Meruri às margens do rio Garças em General Carneiro — a 450 km de Cuiabá.

O apoio logístico para a reunião seria fornecido pelos índios de Meruri, melhor assistidos pela ligação com os salesianos, que usaram seus caminhões para trazer o maior número possível de irmãos ao local do encontro. Durante os três primeiros dias da semana, enquanto aguardavam a chegada de representantes de aldeias distantes, os Borôro ocuparam-se com pescarias, futebol, cerimônias de confraternização e conversas que varavam as noites de lua. O encontro dos líderes aconteceu nos dias 18 e 19, com a presença dos caciques das reservas de Perigá, Korogedo Paro (Córrego Grande), Tadarimana, Sangradouro, membros da aldeia Jakoregewartau e líderes de Meruri. Seguindo a tradição, os líderes falaram dos problemas específicos de cada aldeia, passando a palavra para outros membros da comunidade. O ponto comum destes foi a necessidade de união entre os Borôro e destes com as outras tribos.

— DENÚNCIAS — De passagem por Cuiabá após o Encontro, os líderes Borôro divulgaram um documento contendo as principais reivindicações e denúncias contra a atuação (ou falta de) da Funai. Elaborado pelo chefe do Departamento de Planejamento Borôro, Paulo Merieureu, e assinado pelos caciques Salú Kowoageceu, Valentim Metiadugo, Henrique Atruagaro, Batista Worubareu e Eneldino Kugocereu, este documento será levado ao presidente da Funai e aos deputados que compõem a Comissão Permanente do Índio, organizada recentemente pelo deputado

Mário Juruna. Não há qualquer decisão explícita sobre a demarcação das terras — embora revele que a questão foi discutida — e está centrado basicamente em denúncias contra funcionários da Funai em Mato Grosso.

Darcy Álvares da Cunha, coronel responsável pela 5ª DR da Funai, é citado no documento pelos Borôro, que pedem sua substituição "por pessoa



Eneldino Kugocereu, de Meruri

que trabalhe em benefício do índio". Esta pessoa, na opinião dos líderes, é Davi, índio terena que ocupa a chefia do posto de Perigá e que conta com o apoio irrestrito de toda a comunidade indígena. Darcy da Cunha é acusado ainda de arrendar terras das reservas para fazendeiros, que pagam impostos à Funai, e de tentar influir na escolha dos caciques.

As denúncias atingem ainda uma enfermeira de Córrego Grande, "por não saber medicar" e a funcionária Arlene, da 5ª DR, que segundo o documento estaria retirando o dinheiro dos aposentados. O chefe do Posto de Tadarimana, conhecido por Fernão, é acusado de impedir as reuniões dos índios e de incentivar o consumo de álcool. O atendimento fornecido pela chácara da Funai no Coxipó também é criticado, pois segundo os Borôro a comida de lá é estragada, os remédios vencidos e o médico não comparece com frequência. Os elogios dos Borôro vão para Francisco, chefe do Posto de Córrego Grande e à irmã Maria, que leciona e chega a financiar a merenda com seus próprios recursos.

No final do documento os Borôro são explícitos: "já chega de tantos erros e pedidos não atendidos. Aguentamos muitos anos, pois agora iremos reagir e unirmos aos outros que sofrem como nós. Queremos nossa terra para simples sobrevivência e trabalho, porque não somos preguiçosos". A extinção pura e simples da Funai não é defendida, e justificada pela indagação: quem se responsabilizaria pela assistência às comunidades?". O porta-voz dos caciques Borôro, Paulo Merieureu, acha que com esta reunião, foi plantada a semente da união entre os Borôro — exemplo para as outras tribos — e que o laço inicial está selado: "não vamos mais desatar". Sinal de que o Borôro, surpreendendo aqueles que se acostumaram a vê-lo como "passivo", tomou a dianteira num movimento de conscientização sobre a necessidade de união, organização e luta por seus direitos.

Setembro de 1984

DEU NOS JORNAIS.

Cinta-Larga matam jagunço

Índios Cinta-Larga mataram com três flechadas no peito, sábado pela manhã, o pistoleiro José João Pereira da Conceição, conhecido em Rondônia por *Sapecado*. O pistoleiro trabalhou durante vários anos para fazendeiros de Rondônia e de Mato Grosso, chegando a ser auxiliar da Funai em frente de atração. Mas o delegado-adjunto, Amaury Vieira, nega que ele tenha sido funcionário do órgão.

Segundo a Polícia, *Sapecado* exterminou vários índios em Rondônia e Mato Grosso, tendo, recentemente, assassinado uma índia gestante de três meses. Por outro lado, índios Cinta-Larga e índios Gavião denunciaram à imprensa que empreenderiam ações guerreiras para expulsarem invasores de suas terras. (O Guaporé, Porto Velho, 14-8-84)

Cai delegado da Funai no Maranhão

Acusado de omissão diante da invasão das aldeias dos índios Guajajara nas reservas de Angico Torto e Pindaré, por agentes da Polícia Federal, que chegaram a torturar alguns silvícolas e apalpar índias, o delegado regional da Funai no Maranhão, José Jacônias de Araújo, foi demitido antes de completar dois meses no cargo. Para substituí-lo, o presidente do órgão, Jurandy da Fonseca, nomeou o sertanista Porfirio Carvalho na função de coordenador. A demissão do delegado da Funai vinha sendo mantida em sigilo pelos funcionários até ontem, quando o cacique João Madrugada, que está na função de chefe do Posto Indígena do Caru,

resolveu contar os atos de violência praticados pelos agentes federais nas aldeias de Pindaré e Angico Torto, no começo do mês de julho. "Com pretexto de procurarem maconha nas aldeias — contou João Madrugada — os policiais torturaram os índios Anselmo e Barroso, além de apalparem algumas índias, numa atitude que não podemos aceitar passivamente de forma alguma". (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 19-8-84)

Divisão e morte, entre Bororo

Uma briga interna entre os Bororo da reserva Tadarimana, em Rondônia, no último domingo, acabou provocando a morte do atendente de enfermagem Otávio Kodokodo, funcionário, há 13 anos, da Funai. A informação, divulgada pelo titular da 5ª Delegacia Regional do órgão, Hamilton Figueiredo, acrescenta que as investigações das circunstâncias em que se deu a morte do índio Bororo estão entregues à Polícia Federal.

Mesmo sem ouvir os índios Agnaldo e Divino, filhos do capitão José Luis Kiareware, apontados pelo delegado como "autores", Hamilton Figueiredo considera que o crime foi "premeditado". Ele justifica seu raciocínio dizendo que a família de Kiareware "vive criticando a Funai, não trabalha, só anda armada, são andarilhos e até já venderam terras dos índios". (...)

Os motivos que levaram os índios Bororo a se engalfinharem numa luta fratricida não estão bem explicados até agora. Por trás da morte do Bororo Otávio está uma luta entre facções políticas dentro da própria aldeia, fomentada visivelmente por funcionários da Funai, não só em Tadarimana, mas também nas aldeias Bakairi e Perigara.

Este posicionamento foi manifestado pelo Centro de Documentação Terra e Índio

(CDTI) e a Comissão Pro-Índio, aos quais têm chegado diversas denúncias com relação ao comportamento do atual delegado, Hamilton Figueiredo, diante da 5ª Delegacia Regional da Funai, em Cuiabá.

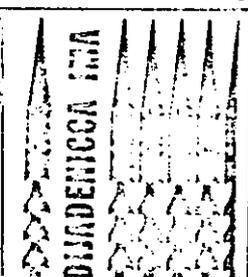
Desde que chegou para assumir a 5ª DR, o delegado tentou, primeiro, cooptar as lideranças que emergiram, com destaque, na assembleia dos Bororo, realizada justamente há um ano, na aldeia do Garças e Meruri (ver *PORANTIM* nº 56). Kiareware, Paulo Meriacureu e Davi de Oliveira, foram algumas dessas lideranças que, com uma atuação mais esclarecida, começaram a questionar a presença de funcionários corruptos e autoritários da Funai, ameaçando inclusive a permanência desses servidores, cujos cargos os índios começaram a reivindicar para si. (Correio de Mato Grosso, Cuiabá, 19 a 25-8-84).e

Apoio mundurukú ao PI Lourdes

Índios Mundurukú, habitantes no estado do Amazonas, enviaram esta semana, uma carta aos Gavião e Arara, tribos pertencentes ao Posto Indígena Igarapé Lourdes, em Ji-Paraná, que foi invadido por cerca de 500 posseiros. Esta semana, foi negada, pela Justiça Federal, a liminar de manutenção de posse da área, impetrada pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Os índios Francisco C. Munduruku e Manoel Cardoso Munduruku, afirmam ter enfrentado uma grande luta para manter sua terra e pedem que a Funai apoie seus "irmãos de Rondônia", para que também vençam esta dificuldade. (...)

"Ao que parece — acrescentam os Mundurukú — não são somente os posseiros que estão criando problemas, mas o Inera que quer tomar a terra de vocês". (A Tribuna, Porto Velho, RO, 4-8-84)



ASSINE O JORNAL

PORANTIM

PORANTIM é um jornal de informação, análise e denúncia, que surgiu há 7 anos, para apoiar a luta dos povos indígenas.

PORANTIM, publicação mensal de Conselho Indígena Brasileiro. O sumário CIMI significa em língua tupi: tempo, arma, memória.

Território Bororo — repensando as demarcações

SYLVIA CAIUBY NOVAES e PAULO SERPA

A agência de publicidade da Nova República lança mão da excentricidade do discurso em língua indígena e da beleza estética da ornamentação plumária e somática do Índio para vender à opinião pública a sua mensagem: este governo está mais preocupado em demarcar as terras do que os governos autoritários.

Vende-se o que esta realidade tem de vendável para nós — o seu "exotismo" — e com isto se busca camuflar tanto o passado quanto o presente destas sociedades. A realidade do esbulho e da usurpação a que elas têm sido historicamente submetidas formam uma imagem vergonhosa, que nenhuma agência de publicidade se permitiria veicular.

A questão indígena hoje não se resolve pela "quantidade de terras demarcadas" (e a porcentagem das que já o foram é mínima) e nem pela contabilidade do que foi demarcado no passado. Urge repensar a validade destas demarcações e as garantias de que se dispõem para que elas sejam efetivamente respeitadas.

A situação do território Bororo em Mato Grosso é um caso exemplar que coloca em xeque não apenas a retórica oficial, como a própria legitimidade do órgão de proteção aos Índios: a Funai.

O processo histórico de contato dos Bororo com a sociedade nacional foi marcado por uma série de atrocidades e desmandos, perpetrados, seja pelos órgãos governamentais (governo da província e do Estado), seja pela sua omissão ou ausência.

Os Bororo, outrora possuidores de um enorme território no centro do Estado de Mato Grosso, hoje não têm mais do que 150 mil hectares, retalhados e invadidos (mesmo as terras já demarcadas).

Vejamos o que ocorreu com o

território Bororo que é, na verdade, um exemplo típico do que se passa em uma série de outras sociedades indígenas.

A área de Jarudori, originalmente compreendia um lote de cem mil hectares, onde se assentavam, até 1940, algumas das grandes aldeias: Aijere, Tudo Paru, Jarudori e Tori Paru. Pela falta de assistência do SPI e posteriormente da Funai, a população Bororo aí localizada foi dizimada pela tuberculose e gripe, exacerbadas pelos projetos de colonização estadual. Na década de 50 o governo estadual define uma área de três mil hectares (apropriando-se, portanto de 97 mil ha.) para os remanescentes. Não contente com a usurpação de 97% do território, a área que então se destina aos Bororo localiza-se exatamente num sítio onde se instalava um povoado de posseiros expulsos. Em 1983 os posseiros se uniram e expulsaram os Bororo que ainda resistiam. Este povoado é hoje a cidade de Jarudori.

O lote Tereza Cristina foi demarcado por Rondon em fins do século passado; eram 65 mil hectares. Em 1952, no governo de Fernando Corrêa da Costa (UDN), são expedidos títulos de propriedade dentro da reserva demarcada por Rondon, num total que excede a área demarcada. Este é um dos casos mais aviltantes de desmando do governo estadual, sob a total complacência do órgão de proteção aos Índios.

Este caso não termina aí. Em 1965 o SPI toma a iniciativa de mover ações de anulação de título e reintegração de posse contra 85 invasores; estas ações são sumariamente suspensas em 1966. Vencidos os sessenta dias de suspensão, o governador de Mato Grosso, Pedro Pedrossian, propõe, através de entendimentos com o ministro da Agricultura, sr. Ney

Braga, a celebração de um "convênio" totalmente absurdo. Através deste convênio o Estado de Mato Grosso se comprometia a demarcar a terra e assistir as comunidades indígenas; o problema fundiário seria resolvido administrativamente através da "colonização das terras".

Através da lei estadual n.º 2.630, os Bororo são expropriados de suas terras mais férteis, que passam para as mãos dos 85 invasores cujos títulos definitivos foram ratificados pela lei. Do total de 65 mil ha. demarcados por Rondon restam aos Bororo apenas 26 mil ha.

Apesar desta demarcação de 1966 ter sido embargada pelo SPI (em virtude da desonestidade com que havia sido feita) o general Costa e Silva confirma, em 1969, os tais "títulos de propriedade", contrariando os pareceres jurídicos do SPI e do Ministério do Interior.

A arbitrariedade cometida contra os Bororo foi total. Suas terras foram invadidas sob a proteção de leis e decretos que em tudo contrariam a Constituição — as terras indígenas são inalienáveis. Este caso não termina tampouco aí e se desdobra em dois outros, que os Bororo estão dispostos a resolver rapidamente.

O primeiro deles é o do fazendeiro José Pinto, cujo nome não constava daquela ação de reintegração de posse contra os 85 invasores. Em 1970 a Funai promove um processo contra este invasor e o processo é julgado favoravelmente em três instâncias. Se até o Supremo Tribunal Federal julgou o processo favoravelmente aos Bororo, eles certamente poderiam reaver suas terras através da expulsão dos invasores pela Funai. Até o momento esta área não foi reincorporada, permanecendo sob controle do invasor.

O segundo caso é o da Fazenda

Santa Maria, que ocupa uma área de cerca de três mil ha. no centro da reserva Bororo. Esta área foi excluída do decreto presidencial de demarcação de 1969, o que levou a uma grande revolta dos Bororo, que passaram a ter uma área descontínua e sem possibilidades de expansão, para cultivo, caça e coleta.

Em 1975 o então proprietário da fazenda recebe, da própria Funai, uma certidão negativa, o que impede qualquer ação judiciária. Esta área, cujos recursos naturais já foram devastados, está em vias de se tornar um pólo turístico. Pequenos lotes a serem vendidos pelo novo proprietário aos turistas/pescadores, o que certamente irá comprometer a estabilidade da área indígena interferindo diretamente nos recursos fluviais, base alimentar dos Bororo da reserva.

A situação dos territórios Bororo de Jarudori e Tereza Cristina são, assim, casos exemplares da ineficácia e precariedade da política indigenista oficial. De nada adianta demarcar um território indígena se não se pode protegê-lo dos interesses escusos do próprio órgão oficial e nem mesmo dos olhares gananciosos dos fazendeiros e homens públicos da região.

Urge redefinir o projeto de demarcação de terras, desde a revisão das condições em que elas foram definidas, até a garantia dos decretos de demarcação. Caso contrário os Índios não poderão perceber a diferença entre este governo "de transição" e os "governos autoritários" que o precederam. A propaganda oficial da demarcação já não engana ninguém.

SYLVIA CAIUBY NOVAES, 37, é professora de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais da USP e assessora do Centro de Trabalho Indigenista.
PAULO SERPA, 31, é pós-graduando em Antropologia pelo Departamento de Ciências Sociais da USP.

EXM^o. Sr. PROCURADOR CHEFE DA REPUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO.
Sr. Oderly de Souza Azeredo

SEBASTIÃO CARLOS MOREIRA, brasileiro, casado, coordena-
dor do Conselho Indigenista Missionario, título de eleitor nº 202...
...65118 13 da zona 001, residente e domiciliado em Cuiabá-MT. e
HÉLCIO CORRÊA GOMES, brasileiro, casado, assessor jurídico do Con-
selho Indigenista Missionario, inscrito na OAB-MT sob o nº 2.903-E, resi-
dente e domiciliado em Cuiabá, Fone 322 67 21, vêm, perante V. Ex^o.,
amparados no artigo 153, § 3º da constituição federal, que diz:

É assegurado a qualquer pessoa o direito de
representar e de petição aos poderes públicos
em defesa de direitos ou contra abusos de au-
toridades.

grife nesse
e embasados na lei nº 6001/73, artigos 17 e 18 § 1º e artigo 36, que de-
terminam:

Artigo 17...

- ...reputam-se terras indigenas.
- I- As terras ocupadas ou habitadas pelos sel-
vícolas, a que se referem os artigos 4º, IV,
e 198 da Constituição.
- II- As áreas reservadas de que trata o capítu-
lo III deste título.
- III- As terras de domínio das comunidades in-
digenas ou pelo selvícolas.

Artigo 18 ...

...As terras indigenas não poderão ser obje-
to de arrendamento ou de qualquer ato ou negó-
cio jurídico que restrinja o pieno exercício
da posse direta pela comunidade indígena ou pe-
lo selvícolas.
§1º- nessas áreas é vedada a qualquer pessoa
estranha aos grupos tribais ou comunidades in-
digenas, a prática de caça, pesca, ou coleta de
frutas, assim como de atividades agropecuarias
ou extrativas.

RECEBIMENTO

de 19.7.73
presente sites.

2.000 / horas
Recebido - PR. 6



Artigo 36 ...

...Sem prejuízo de disposto no artigo anterior, compete à união adotar as medidas administrativas ao propor por intermédio do Ministério Público Federal, as medidas judiciais adequadas à proteção da posse dos selvícolas sobre as terras que habitam.

grife nesse.

E, ainda, velará pelas fundações e ministério público do estado, onde situadas, isto em conformidade com o artigo 26 do código civil, interpretado a alcance do último dispositivo firmado, como fala Oliveira Marinho, Armando. (o ministério público como órgão fiscalizador das fundações in 114 '34).

Vem com o devido respeito e acatamento

REPRESENTAR

a Vossa Excelência, nas condições que seguem infra, expondo e requerendo o que segue:

OS FATOS

Um breve histórico da reserva indígena Tereza Cristine, aldaí as Bororo no , hoje, município de Rondonópolis-Mt., se faz necessário e oportuno para a compreensão da problemática daquelas terras que se arrasta um século.

Em 1887, quando cem mil hec. de terras incorporadas a colônia Tereza Cristine são reservadas aos índios Bororo, no vale do rio São Lourenço, começa o prelúdio do sofrimento Bororo por causa de sua terra que começam a terem que reduzir seu habitat natural, mas naqueles tempos, ainda era um pedaço de solo respeitável.

Apartir de 1897 é demarcada pelo próprio Rondon, que fixou esta reserva em uma área de 85.923,4 hec. e fato permaneceu, assim até a década de 1950. Começa a diminuir, mas se mantém o respeito por este povo que antes habitavam desde da Bolívia até o triângulo mineiro.

O governo de Mato Grosso, no começo da era dos anos 50, gerido pelo Sr. Fernando Corrêa de Costa, sem nenhum escrúpulo, expede títulos de propriedade dentro da área indígena Bororo, loteando-a quase totalmente. Marcou-se então a época de total desrespeito aos Bororo, não só as

terras foram tiradas mas também parte de suas dignidades.

O SPI somente 15 anos após, move as primeiras ações judiciais contra os detentores dos títulos (num total de 85) incidentes na reserva indígena. Mas em 1966 o Juiz de Direito Sr. Domingos Sávio Brandão Lima arquivou sumariamente as ações, vencidos os prazos legais de recurso, outro governador de Mato Grosso, não menos pior, Sr. Pedro Pedrossian propõe, depois de entendimento com o Ministro da Agricultura Sr. Ney Braga (of. GE. 333/66), um convênio envolvendo a área Bororo, no entanto ao passá-lo pela Assembleia Legislativa (Lei nº 2.030 de 03/02/1966) o convênio sofre alterações e ratifica-se os títulos expedidos indevidamente pelo Estado de Mato Grosso.

Redemarcam a área de Tereza Cristina - Bororo, e fixam a em 26.237 hec., numa superfície descontínua. A demarcação levada a efeito em 1968, foi embargada pela 6ª Inspeção do SII. Alegaram para isto a desonestidade dos limites da reserva Bororo. Reconhecem a imaneutabilidade da terra dos Bororo e deixam às claras o jogo pretendido pelos não índios.

O conflito toma dimensões, que chega ao ponto de sensibilizar até o Presidente da República Sr. Costa e Silva que ele resolve dar uma "mãozinha" e finalmente embarga através do Decreto nº 64.015 de 22/01/69, a área eleita pelo governo de Mato Grosso, ou seja, os 26.237 hectares. O governo Federal nada mais fez do que confirmar os títulos de propriedade concedidos dentro da Colônia Tereza Cristina, pelo governo provinciano de Mato Grosso, a não índios.

Hoje, com pouco mais de 26 mil hectares para viver o povo Bororo vive uma situação, bem diferente de quando, realizou-se os primeiros contatos. As invasões das terras Bororo do Rio São Lourenço estão próximas de desencadear em mais uma crise envolvendo indígenas neste País.

O temor não é teórico, a área de Tereza Cristina-Posto Indígena na Gomes Carneiro (26.237 Hectares) poderá ter o mesmo fim das áreas de Jarudori e Paraíso que hoje legalmente, pertence ao povo Bororo, mas são habitadas por não índios, que expulsaram e assassinaram os legítimos e legais proprietários daquelas terras.

Mesmo que eles permaneçam na terra ocupada por turistas, caçadores, pescadores e outros bichos, sobrará muito pouco para que eles mantenham a dignidade e fatalmente incorporarão alguma favela de cidade grande. Teoricamente Carlos Rodrigues Brandão no prefácio Araguaia, sua história já nestas águas do livro Poetas do Araguaia, tão bem transcreveu os sentimentos dos índios com relação ao uso das águas que lhes pertencem:

PORQUE TORI (HOMEM BRANCO) TEM OLHOS DE FOGO



"Por que teri tem olhos de fogo, há brancos que, vindo de fora do reinado das águas do araguaia, acabam sendo de dentro. Outros nunca deixam de ser invasores, mesmo quando risinhos e quase inocentes. Ninguém habita pior o rio do que o turista. Há que vê-lo entre junho e outubro invadindo as águas e as áreas com rompage 'de safári e colônia de férias.

Quando correm de volta ao sul, as bandas, tudo o que deixam são latas de cervejas, frascos de óleos de bronzear e carcaças de peixes e tartarugas que o cabloco ' do rio, desempregado, ensina e teri a matar.

Uma vez vi uma dessas fotos de troféus: pescador, com ' ares de macho no cio, agachado atrás de um cemitério ' de quase duzentos peixes e seis tracajás que pescara. Terão, depois da foto, comido ou levado a quinta parte e deixado o resto apodrecer ao sol.

Que os mais afoitos não voltem sem a fotografia de grande peixe pendurado de uma árvore, ao lado da escala de metros a provar o tamanho da morte e a perícia de assas sino amador.

No sul muitos deles participam de passeatas ecológicas. Fora desejos de queimar o corpo e esquecer a morte, ' sonham os mais afoitos e de sul com grandes emoções: U ma cabocla de rio, quente 'schlager'; uma onça que ' nunca aparece); uma visita aos índios, de preferência naturais, nus e fortes, desde que a empresa de turismo garanta a segurança de todos.

Mas da raça dos invasores do reinado das águas são os mais inocentes. ..."

O poema prefácio é como uma luva de pelica, nem mandando fazer seria tão perfeita. Os Bororo estão caminhando rapidamente ' para o desfecho. Não podem eles de guerreiros se transmutarem em ser vos de turistas, não pode uma cultura ser tão subjugada por outra, há que se ter esperança, pelo menos na parte sensata desta nação brasileira. Se fez presente a aplicação da lei de proteção ...

Não permita que o povo Bororo cante a canção dos

KARAJÁ

... QUEM TE TROUXE TANTA DESTRUIÇÃO
KARAJÁ CANOEIRO.
TEU POVO NAÇÃO FLRIDO, ANTIQUILADO.
KARAJÁ CANOEIRO.
NO ÁTIMO ATORMENTADO RESSOA TEU GRITO
MOLDADO DE AIS.
E O VENTO UIVA NOTURNO EM TUA AGONIA...
KARAJÁ CANOEIRO.
POVO VALENTE ADORMECIDO.
ÉS CONDENADO A MERRER SOB AS PATAS DOS
BOIS QUE HOSPEDAS EM TEU CHÃO.

(Cícero)

O poeta Cícero canta um verso que se espalha nas ideias ' como o capô em terras bororo, não um capim plantado por eles, mas s. n por invasores e pessoas que obtêm com tanta facilidade certidões frias da Funai. E este é hoje o maior problema para este povo.

(mestre)

CERTIDÃO NEGATIVA DENTRO DA ÁREA RESERVADA E DECRETADA

O descaso e a moralidade da FUNAI são patente e conveniente com estes estados de coisas, a certidão negativa dentro da reserva da A.I. Tereza Cristina, depõe contra funcionários do órgão tutor e não deixa a menor dúvida sobre o comprometimento destes com o esbulho de 2.057 ha. de terras dentro da área reservada pelo decreto federal.

Em 1975, servidores da FUNAI são designados para executarrem levantamentos da Colônia Cristina, em consequência de solicitação de certidão negativa pedida pelo sr. José Roberto de Figueiredo Ferraz, que ocupava uma área de 2.057 ha. que inexplicavelmente não estava dentro da área de 26.237 ha. Reservada pelo Decreto nº 84.016 de 22.01.69.

Essa área, segundo os documentos disponíveis, foi vendida pelo Banco do Brasil ao sr. José R. F. Ferraz, é formada em sua totalidade de cerrado com grande predominância de solo arenoso, ficando só a faixa próxima as margens do rio São Lourenço com excelente solo para a agricultura e pastagens.



A partir dos trabalhos realizados nesta viagem de levantamento, os servidores do órgão relatam que:

"a área do sr. José R. F. Ferraz está totalmente dentro da área indígena no entanto, pelo decreto, ela está totalmente fora"

"...convencendo para obter uma solução da parte dos índios e o fim das reclamações para obter que possivelmente a terra era do sr. José R. F. Ferraz, e que eles deviam ter visto que a terra era deles, quando foi demarcada logo após o decreto..."

"O que precisamos realmente dos Bororo, da reserva em apreço, não é da terra, pois as que eles possuem é suficiente para os 150 índios que lá habitam. O que falta para eles é uma orientação ou uma assistência melhor, no sentido de como utilizar suas terras, e não viver só esperando que a FUNAI mande, ou que os fazendeiros dêem."

"Por que não orientar os índios para que eles cuidem de suas próprias terras."

Após longo dos cinco dias de levantamento na área, os servidores da FUNAI chegaram as seguintes conclusões, afirmando que:

"achamos conveniente que o sr. José R. F. Ferraz permaneça na área, pois a área em que ele se encontra, não é de utilidade para os índios Bororo daquela aldeia, pois eles têm bastante área para agricultura, caça e grande parte do rio para a pesca."

"O ofício nº 477/FRES/FUNAI, de 16.10.75, indeferindo a solicitação de Certidão Negativa, não foi entregue ao sr. José R. F. Ferraz. Resolvemos deixar para entregar-lhe depois do nosso levantamento na área."

"...não há problema algum se o sr. José R. F. Ferraz continuar na área. Foi por isso que deixamos de entregar o documento de indeferimento de Certidão Negativa, porque antes não havia sido feito um exame real a área in loco."

As impressões que ficam dos trechos acima transcritos é de que os funcionários não tinham compreensão de suas atividades, chegando ao absurdo de convencer os índios sobre a improcedência de qualquer reclamação com relação ao perímetro da área e, a ocasião de afirmar que deveria ser assinado aos Bororo formas mais adequadas de utilização de suas terras.

A falta de ética profissional, seriedade e respeito, para com o grupo indígena é também patente no relatório da parte antropológica. Desprezando a fartíssima bibliografia etnológica e os documentos do contato das invasões e da atuação do SPI na área, desenvolve-se uma análise superficial deixando-se de lado qualquer análise do modo de vida Bororo, suas complexas instituições e a forma pela qual se organizam economicamente. Insatisfatoriamente, conclui que:



"Os Bororo da Comunidade indígena Tereza (Cristina) precisam ser conscientizados a gerir seus patrimônios. O potencial da área é suficiente a população. Com a definição da área, um bom apoio infra-estrutural e uma educação bem orientada, sob o comando de um "chefe" de posto dinâmico e esclarecido, a comunidade rapidamente tomará os rumos no ritmo esperado."

A única coisa acertada neste argumento foi a confissão nas inter linhas da irresponsabilidade e falta de competência das pessoas que o subscreverão, e dos mandantes também. Não se passou muito tempo, e hoje já são mais de duzentos índios naquela área, com isto fura o planejamento e a terra já começa a ficar pouca. Chefe de posto eles tiveram, só esperão até agora a dinamissida de e o rumo dos ritmos esperados.

Em 27 de novembro de 1985, numa reunião com os diretores de FUNAI em Brasília, o grande conselho se manifestou (ex2) favorável à concessão de certidão negativa ao requerente. Esta concessão concluiu que:

- a) Tendo em vista que a gleba de José R. F. Ferraz se encontra fora da área indígena,
- b) Tendo em vista a relação hectare / per capita de 240 hectares "percapita".
- c) Tendo em vista, finalmente, que há bastante disponibilidade de terra para os bororo, que carecem, apenas, de um projeto de desenvolvimento comunitário.

É lícito, "do ponto de vista jurídico, factível, ... que se conceda sem mais delonga a certidão negativa...". de acordo em que o decreto de interdição descreve as lindas iguais ao acordo celebrado entre a comissão e o estado de Mato Grosso, em 1955" (of. nº 625 - Pres. -75).

Em 1976, mais uma vez desrespeitando a pretensão dos bororo em reaver suas terras, é feita nova demarcação, com base no decreto de 1969. A partir daí, nada foi feito para garantir-lhes seus direitos mais elementares.

Atualmente o imóvel pertence ao Sr. Licínio H. O. Araújo, que pretende, segundo informação verbal da FUNAI, e pessoas que estão comprando e esperão escrituração futura, formar uma colônia de pescadores, dentro da propriedade, arrendando uma centena de pequenos lotes. E por informação das missões salesianas, que acompanham desde o século passado estes índios, estes lotes já estão à venda e a quantidade de turista esta se intensificando numa proporção assustadora.

Com o aumento da pesca profissional e amadora, e o fluxo de turistas tem elevado a traça de peixes por piça, e entrada desordenada no mercado de consumo, os bens introduzidos na comunidade vem quebrando todas as relações antigas de sobrevivência. Isto é inevitável, mas poderia ser diferente, ou seja, a sociedade do consumo poderia entrar de forma ordenada, e com os limites dos bens de consumo, e formas de adquiri-los sem se tornarem pedintes.

Se for, também, inevitável acabar com os peixes e caças, que o lucro da venda destes bens de natureza sejam dos índios. É preciso acabar com o comércio naquelas áreas, afinal os portugueses colonizadores já se forão.

No mapa -M1. fundação nacional do índio- Colônia Tereza Cristina, município de Rondonópolis-Mt. (em Anexo). Podemos situar as aldeias de Corrego Grande com mais de 140 pessoas, a aldeia de piçaga com mais de 40 pessoas e, também, a antiga sede da colônia Tereza Cristina, inclusive com uma aldeia do tempo da certidão negativa que coloca a área em questão entre duas aldeias, como hoje, ainda continua entre duas aldeias, e as estradas para se ir na área passe por dentro da reserva e não é permitida nesta região o acesso aos índios, região esta ocupada por Licínio, ex-prefeito de Fenópolis-SP., no coração da reserva e é ele que está vendendo loteando as terras para pescadores de fim de semana, arrendando centenas de pequenas parcelas do solo para turistas fazerem seus devaneios e poluirm o rio São Lourenço, acabarem com os peixes, que são os alimentos básico daquela gente.

Estamos pois, perplexos diante da ausência de providências que venham por fim a este estado de coisa. Os índios Bororo, habitantes mercuriais do vale do rio São Lourenço, já pagaram um preço muito alto, e é chegada a hora, se não do pagamento, pelo menos de parar a dívida de crescer de fazer valer as leis institucionais da ordem jurídica ser restabelecida em sua plenitude.

O prisma moral foi todo danificado, qualquer nova ação teremos que recompor a dignidade e o cumprimento da palavra empenhada. Deveria impor a lei coercitivamente as pessoas da comunidade nacional que querem destruir o patrimônio vivo desta nação.

Se doravante não for feito nada será fácil prever e ver os danos e finais consequências da omissão governamental sobre os Bororo que habitam o rio São Lourenço.

As últimas esperanças estão se residindo no ministério público federal.



DO REQUERIMENTO

Face ao exposto os representantes, REQUEREM que V. EXa. na condição de curador e fiscal das fundações instituídas pelo poder público federal:

a) Anulação do ofício nº 025-Proc-75 que concede Certidão Negativa ao Sr. José Roberto Figueiredo Ferraz, e que se promova judicialmente uma ação ordinária de anulação do título expedido dentro da referida área, que é comprovadamente indígena.

b) Ação possessória em desfavor do Sr. Licínio H. D. Arrantes como o objetivo de evitar maiores problemas e danos aos Bororo da Reserva Indígena Tereza Cristina., especialmente as aldeias de Pietage e Corrego Grande.

c) Que a procuradoria incite uma ação conjunta do IBDF (quanto ao desmatamento) SUDEPE (quanto a pesca ilegal) CEMA (quanto aos prejuízos ecológicos) Funai e a policial federal para fiscalizarem e fazerem cumprir as determinações da lei , dentro da reserva indígena Tereza Cristina - posto Gomes Carneiro em Rondonópolis, e que nesta ação se promova a autuação dos infratores, bem como as apreensões de redes de pescas , armas etc das pessoas que estão destruindo a natureza nesta área.

d) Que V. EXa. designe um procurador da república para gestionar junto ao órgão tutor dos indígenas, no sentido de formar um grupo de trabalho, com especialistas em Bororo, a fim de organizar a documentação existente e identificar a área considerada necessária pelo grupo indígena em questão.

e) Finalmente, que seja compelida, as autoridades da FUNAI a respeitarem o artigo 198 da constituição federal, através do foro competente, que determina o caráter inalienável das terras habitadas pelos índios.

NESTES TERMOS
E. P. DEFERIMENTOS.

CUIABÁ-MT., 27 de Janeiro de 1987.


Sebastião Carlos Moreira


Hélio Corrêa Gomes



DOCUMENTOS AVALIADOS, para compor a representação, no entanto só tivemos acesso a 30% dos documentos, pois o restantes são secretos, mas certamente estão disponíveis à procuradoria da república.

a) Medição da colônia Tereza Cristina de 29.12.1966, assinado pelo M^o. Candido Mariano Rondon.

b) Ofício nº CF - 333-66 , proposta de Convênio do Governo de Mato Grosso ao Ministério da Agricultura, de 11.06.1966.

c) Resumo histórico da legitimidade de direito do índio sobre a colônia Tereza Cristina de 14.06.1966, assinado por Helio Bucker.

d) Termo do convênio- Diário de Justiça do Diário Oficial de Mato Grosso, pag. 2 e 3 do dia 20 07 1966.

e) Lei nº 2.630 de 03.06.1966- que retifica o Convênio firmado entre o ministério da agricultura e o governo de mato grosso, diário oficial nº 14.779 de 04.08.1966.

f) Memorial de início de serviço, trabalhos de medição de lote de terras denominados tereza cristina de 18.10.1966, assinado por Carlos Aires Wonsoschy - agrimensor prático do ministério da agricultura.

g) Embargos dos trabalhos de medição da colônia tereza cristina de 20.10.1966 , correspondência entre funcionários do Ministério da Agricultura com o chefe da 6ª ININD, Sr. Hélio Bucker.

h) Ofício nº 282 do chefe da 6ª ININD ao diretor do SPI, assunto: documentos das terras de tereza cristina , assinado por Alberto Soares Pereira. datado de 04.06.1967.

i) Certidão do registro de títulos definitivos da colônia de tereza cristina, assinado por Helena Freire Rodrigues.

j) Ofício nº 203 sobre o convênio da área de tereza cristina assinado por Helio Bucker, datado de 31.07 1966.

l) Ofício nº 223 Solicitação de providências contra invasores de Tereza Cristina assinado por Helio Bucker. 16.09.1968.

m) Ofício nº 19/69 - solicitando providências contra invasores da área interdita pelo governo federal, assinado por helio Bucker. datado de 03.02.1969.

n) Decreto nº 64.018 - declara interdita a área de Tereza Cristina que discrimina e dá outras providências , de 22.01.1969.

o) Encaminhamento de processo que pede esclarecimento sobre a área Tereza Cristina sob a alegação da ação judicial movida pelo SPI contra o estado de Mato Grosso datado de 16.12.1974.

p) Relatório de viagem assinado por Alceu Mariz, Ronaldo D. Nascimento e Rózilda Maia Rigo.

q) Relatório de Viagem: parte antropológica assinado por Cotia Mariz

r) Entendimento nº 148-Sa -75 referente processo FUNAI-BSB-3498-73 de 27-11-1975 (Concessão de certidão Negativa-postulada pelo Sr. José R. F. Ferraz).

s) 01.06.1976 - Decreto nº 64.006 - 22.01-69 - Demarcação da colônia Terça Cristina, Diário oficial da União

t) 23.09.1976 - relatório de viagem de inspeção de 50% dos serviços demarcatórios providos nas áreas (Faca as novas, rio negro, ocaia, culares, terra cristina, o heroni) assinado por Marcos J. de Oliveira Martins, auxiliar de topografia.

u) 22.12.1980 - informação nº 14-110-DGPI-FUNAI - ref. processo MI -7916 -82

Proc. Funai BSB-1820-69

Proc. Funai BSB 4184-76

Proc. Funai BSB 4890-76

MEMO , nº 212-26.06.77

pede informações sobre quais terras invadidas pelo sr. José Pinto, forem reintegradas à gleba original da Colônia , assinado por José João de Oliveira.

v) Informações nº 82-DID-DPI-61 , referente MEMO nº 724 DEL 9º. DF -63 , sobre terras invadidas pelo sr. Uicínio H.C. Arantes, assinado por José Carlos Lavino.

BOROROS QUEREM SUAS TERRAS DE VOLTA

CIMI - MT

Fonte: TRIBUNA CUIABANA

Data: 17/05/87

Os índios bororos se reúnem em Córrego Grande, na reserva Gomes Carneiro município de Rondonópolis e decidem reaver as terras que foram invadidas por fazendeiros. Os índios denunciam várias invasões de importantes fazendeiros de Rondonópolis. Eles querem de volta, na verdade, os 65 mil hectares que foram demarcados pelo Marechal Cândido da Silva Rondon. A demarcação de Rondon não foi respeitada por alguns governos de Mato Grosso. Hoje, o que restou para os índios também corre o risco de passar definitivamente para as mãos dos fazendeiros. Mas apesar das invasões e dos mais variados tipos de violências, sofridas pelos bororos e praticadas pelos chamados civilizados, o povo bororo vive e resiste, disposto a lutar para conservar sua cultura e suas tradições.

A questão envolvendo a posse da terra dos índios bororos é a primeira de uma série de reportagens especiais a ser produzida pelo jornalista Paulo Barros, para Tribuna Cuiabana.



O bororo espreguia o "esbulho" de sua terra.

BORORO VIVE

O roteiro da saga de um povo, massacrado, mas ainda não destruído. A história de índios roubados e oprimidos que resolvam lutar por seus direitos. A reunião das lideranças bororo, na aldeia do Córrego Grande, município de Rondonópolis.

Vice

A reunião dos índios bororo, na reserva Gomes Carneiro, aldeia de Córrego Grande, Município de Rondonópolis, teve um forte sentido de renascimento. A história dos bororos é marcada por inúmeros atos de violência e uma infinidade de traições cometidas pelos brancos. Antes do primeiro contato dos bororos com a chamada civilização ocidental cristã (em 1718), esta nação dominava um território de cerca de 400 mil quilômetros quadrados, da Bolívia ao Araguaia. Atacados pelas armas de fogo, pelo sal, açúcar e pelas bebidas alcoólicas, os índios foram vendo seu território se reduzindo, e sua população, se diminuindo. A reunião do Córrego Grande foi um angustioso grito de protesto de um povo que não aceita a destruição imposta pela sociedade branca. Da reunião ficou no ar um manifesto claro: o povo bororo vive e quer suas terras de volta.

Desde 1933 os líderes da nação bororo não se encontravam para discutir as formas de encaminhamento de suas lutas comuns. Em todos os depoimentos um ponto se destacou: o fundamental para os bororo (como para qualquer índio) é a terra. No caso dos bororos é necessário que a luta comecada pela reconquista das terras invadidas por fazendeiros.

"A terra para o índio não serve para demorar, para lutar", protestou o velho índio.

Hoje os bororos estão divididos em oito aldeias, num território descontínuo, em quatro reservas, mais uma família que ainda vive no Sangradouro, atualmente território Xavante. É justamente na reserva Gomes Carneiro onde há mais invasores, e maioria dos fazendeiros de Rondonópolis.

Mas a história das invasões em Gomes Carneiro não é recente. Em 1883 o governo de Mato Grosso organizou as colônias militares "Izabel" e "Tereza Cristina" no alto São Lourenço. Estas colônias militares (na visão branca e racista do governo do Estado) serviriam para pacificar os bororos. Em 1896 o Marechal Cândido da Silva Rondon realiza trabalhos de medição na área. Em 1897 é aprovada pelo governador Antonio Correia e Castro uma reserva borora de 65.923 hectares, demarcados por Rondon.

A missão de Rondon, mesmo que aparentemente tenha favorecido os índios representou, na verdade, um duro golpe na nação indígena. Com esta medição Rondon realizou o território dos Bororo do Vale do Rio São Lourenço. Em 1887, tinham sido reservados, com mil hectares aos bororo.

O pior, no entanto, ainda estava por vir. A partir de 1950 para cá, principalmente no governo de Fernando Corrêa da Costa, da UDN, segundo inúmeros documentos do antigo Serviço de Proteção

aos Índios (SPI) e de antropólogos, e mesmo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), são expedidos títulos de propriedade dentro dos 65.923 hectares demarcados por Rondon. Mas o SPI, bloqueado por uma burocracia absurda, só em 1965 toma a iniciativa de mover uma ação judicial contra os detentores de Títulos Definitivos dentro da reserva, demarcada por Rondon.

Os índios, então, poderiam respirar por algum tempo? Não. Em 1956, por motivos bastante suspeitos, mas até hoje desconhecidos, o juiz de direito de Cuiabá, Dr. Domingos Sávio Brandão Lima, manda arquivar sumariamente esta Ação de Anulação de Títulos e Reintegração de Posses, segundo relatório sobre os bororo, do CIMI, Conselho Indigenista Missionário. Mas os oitenta e cinco fazendeiros invasores dos 65 mil hectares ainda préclavam de garantia jurídicas, que legalizassem o recibo das terras indígenas.

Não demorou muito e entrou em cena o governador Pedro Pedrossian, que consegue firmar com o então ministro da Agricultura, Ney Braga, um convênio, deixando para os índios uma área de cerca de 30.000 hectares. Os pouco mais de 35 mil restantes seriam como reserva de colonização do Estado. Em 3.6.1966 a Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprova a lei estadual número 2.630, que muda a redação do convênio e legaliza, finalmente, as invasões. A lei da Assembleia excluiu do domínio indígena as terras tituladas ilegalmente pelo governo do Estado, e os bororo perdem a aldeia de Ebori para os fazendeiros. Para os bororo, de acordo com a lei dos brancos, ficam, então, 26.237 hectares, ou seja, menos de 38 por cento da "superfície original" da Colônia de Tereza Cristina.

Na reunião de Córrego Grande os líderes bororo reclamaram seus direitos sobre os 65 mil hectares demarcados por Rondon.

"Antigamente havia muitos bichos, e nós caçávamos em todo o lugar", lembrou, nostálgico, o cacique Kafagari, da aldeia do Córrego Grande.

Com tantos recubos os brancos ficaram satisfeitos e deixaram os bororo em paz, com seus rituais, suas danças, suas caçadas e pescarias. Nada disso. A demarcação que se seguiu à decisão da Assembleia Legislativa foi embargada pela sexta inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, que alegou desonestidade no estabelecimento dos limites do novo território indígena. O embargo incentivou novos invasores que, desta vez, entram nos pouco mais de 26 mil hectares. A invasão foi tão violenta que o inspetor Hélio Bucker, do SPI, propôs ao governo federal a "interdição completa da área eleita por Rondon". O apelo do funcionário do SPI não teve eco no governo militar. O presidente da República, general Costa e Silva, embarga os 26.237 hectares, concordando assim com as decisões do governo e da Assembleia Legislativa do Estado.

Atualmente grande parte das terras que s-braram estão invadidas. E os índios não conseguem expulsar os invasores por meios pacíficos. O fazendeiro José Pinto, por exemplo, que é invasor de uma grande área no sudoeste da reserva, perdeu, num tribunal de primeira instância, o direito sobre sua fazenda. Mas até hoje permanece na região. Na verdade, depois de perder na primeira instância José Pinto apelou para o Tribunal Federal de Recursos. Resultado: ... perdeu também. Mas até hoje sua invasão continua.

E assim como ele outros vários. Os bororo, entretanto, não vão assistir a tudo passivamente. Na reunião do Córrego Grande ficou muito claro que eles estão dispostos a lutar. E a tática bororo, para esta luta, é bem elaborada. Em primeiro lugar os índios querem recuperar, integralmente, os 26.237 hectares, tirando Zé Pinto e outros fazendeiros da reserva. Depois eles querem de volta os 65 mil de marcados por Rondon. Dentro da ótica indígena uma luta é consequência natural da outra e não poderia ser diferente. Inevavelmente o território em questão é bororo, desde tempos imemoriais. Depois, vivendo-se um aumento populacional (o que já está acontecendo) os índios vão ficar cada vez mais apertados nas terras da reserva Tereza Cristina nunca se pode esquecer que o espaço para o índio é relativamente diferente: o branco explora a terra, o índio vive nela. Logo precisa de mais espaço, principalmente para a caça e pesca.

Uma das maiores vitórias do movimento bororo pela reconquista de suas terras foi a reunião de diferentes setores, tradicionalmente adversários, para lutar juntos. Assim, foi possível juntar, na mesma roda, antropólogos paulistas, representantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Fundação Nacional do Índio (Funai). Foi possível arrancar de cada setor a promessa de que vão lutar juntos para que os índios recuperem suas terras. A possibilidade desta frente otimiza a luta bororo. Em todo o caso não se pode exagerar a capacidade da Funai, que tradicionalmente ajuda com uma mão e tira com a outra. Ou se perde em seus próprios corredores.

Um bom exemplo do que é a Funai pode ser encontrado em documentos internos da própria Fundação. Um grupo de funcionários da Funai foi mandado no dia 15-10-75, fazer uma vistoria na reserva Tereza Cristina. Os funcionários, entre outras coisas, foram averiguar se era correto o pedido do fazendeiro invasor, José Roberto Ferraz, que pedia uma certidão negativa da Funai (com esta certidão ele poderia legalizar sua invasão. Esta certidão da Funai, que já foi ferramenta de outras invasões em outras áreas, de várias tribos, afirma a não existência de índios numa determinada região, podendo a área ser ocupada). A equipe da Funai deu-nos de passar alguns dias na região e de manter com o fazendeiro excelente relações, concluiu em seu relatório oficial: "achamos conveniente que o Sr. José Roberto Ferraz permaneça na área, pois

há quem que ele se encontra não é de utilidade para os índios bororo" (mais de 2.000 hectares sem utilidade. Grande está daquela aldeia (Córrego Grande) ...

Se o trecho acima parece absurdo, o texto que segue é algumas vezes mais... o ofício nº 477, de 6/10/75, indeferindo a solicitação de certidão negativa (quer dizer, os funcionários tinham um ofício indeferindo a certidão negativa) não foi entregue ao sr. José Roberto Ferraz! "Resolvemos deixar para entregar-lhe — continuam os zelosos funcionários — depois do nosso levantamento na área. Como já falamos anteriormente, não há problema algum para os índios se o sr. José Roberto Ferraz continuar na área. Foi por isso que deixamos de entregar o documento de indeferimento da certidão negativa, porque antes não havia sido feito um exame real da área in loco". De fato, grandíssimos indigenistas.

Pois o resultado do trabalho destes grandíssimos indigenistas não demorou muito para se concretizar. E o sr. José Roberto Ferraz recebeu em seu escritório, ou em sua fazenda, a certidão pedida, afirmando que nas suas terras não existiam índios. Disto só se pode concluir que ou os bororo não são índios, ou os bororo não existiam. Qualquer uma das alternativas é absurda.

De qualquer maneira o dilema dos bororo se estende para além das fronteiras dos 26 mil hectares. Quase todos os processos de demarcação fraudaram os índios. Existem testemunhas que afirmam que os marcos eram jogados em qualquer lugar, de acordo com os humores dos topógrafos. Em função destes erros se estabeleceu uma outra disputa interessante, envolvendo ninguém menos que o primeiro secretário da Assembleia Legislativa, Moisés Feltrin. A família do deputado é proprietária de uma fazenda que, segundo um marco de concreto, é vizinha dos 26 mil hectares dos índios. Acontece que o marco, segundo índios e indigenistas, foi jogado naquele local pelo mesmo processo que determinou tantos outros erros. Desta maneira, a fazenda da família de Moisés Feltrin estaria dentro dos 26 mil hectares. Seja como for, do ponto de vista histórico, é certo que a fazenda está dentro da área indígena que foi demarcada por Rondon, e que será remarcada pelos bororo.

"Um povo unido é um povo forte". A frase é de Maria Auxiliadora, uma índia bororo da reserva do Merure Barra do Garças, presente à reunião do Córrego Grande.

De fato, esta é uma lei universal. A união é fundamental para o fortalecimento de um povo. Mas a união só nasce da consciência. O despertar da consciência indígena foi o fenômeno mais visível na reunião bororo. Uma consciência de um povo que foi massacrado de todas as formas pelos brancos. Um povo que foi perseguido por bandeirantes e corrompido por um tipo de esperteza mesquinha, que detesta o natural, o nú das coisas.

Os Bororo já temem a extinção

Grande Córrego, aldeia indígena Bororo, próximo às margens do Rio São Lourenço, conhecida como "o Coração Bororo", está pulsando mais forte. Ao longo da história, essa comunidade foi sendo dizimada aos poucos pela sina coloni-

zadora do não índio. Mas a partir de agora, eles querem mudar o processo da qual estão submetidos. Numa assembleia-geral realizada naquela aldeia, que contou com a presença de todos os líderes da comunidade, um ponto ficou claro: a terra para eles (como a todos os demais índios) é o mais importante. E agora, eles pretendem recuperar os 100 mil hectares que lhes foram tomados, confiando-os em apenas 26 mil hectares e, ainda assim, de terras descontínuas.

CIMI-MT

Fonte: D. Puiázi

Data: 24/05/87

44



A mãe e a menina bororo se preparando para receber os líderes indígenas na "Grande Assembleia"

O coração Bororo volta a pulsar mais forte agora

Texto: Edilson Almeida - Fotos: Cimi-MT

Ao longo da história, apenas uma coisa ficou clara na vida do índio: a perda, o prejuízo. Uma população que era estimada em milhões de habitantes, aos poucos, vive confrontos agrários e até mesmo, raras vezes, por não entendimento pelos não índios da forma de vida e cultura desse povo, foi se dizimando, acabando pelo tempo, com doenças denominadas silvestres, que acompanhou a esteira selvagem da colonização. A decadência indígena é notória, em que pese toda estrutura arma-

da pelos órgãos de apoio a essa raça, tais como Conselho Indigenista Missionário e Operação Anchieta. Esse ciclo do processo decadente dos índios, porém, parece chegar ao fim. E parte exatamente dos Boróros. Mais precisamente do coração Boróro: Córrego Grande.

O extermínio exatamente desse povo indígena começa na história do descobrimento (ou fundação) de Cuiabá. Quando aqui chegou com sua expedição bandeirante, Paschoal Moreira

Cabral, para quem é atribuída todos os méritos de aqui começar o que hoje a chamam de metrópole, encontrou pela frente, próximo às margens do Rio Coxipó, essa comunidade, detentora, segundo estudos historiográficos e antropológicos, de uma área de mais de 4 mil quilômetros quadrados, saindo numa faixa do Vale do Araguaia até chegar a fronteira com a Bolívia.

Paschoal Moreira Cabral não encontrou dificuldades para dominar os Boróros, que viviam próxi-

mo as marças daquele pequeno rio e também do grande rio, hoje o legendário Cuiabá. A devastação foi quase que total. Os que sobraram foram "pacificados" e submetidos aos trabalhos domésticos. Não contavam, os bandeirantes, na sua sina colonizadora, com o conhecimento combativo dos Boróros avistados no Vale do São Lourenço: os confrontos, meio usado pelos conquistadores, foram todos em vão.

Veio os militares, apareceu Rosa Boróro. Quando todos pensavam que as armas de fogo e o conhecimento guerreiro das forças armadas seriam aplicados, aconteceu ao inverso. Aproveitando a índia, foi levado aos Boróros do Vale do São Lourenço, mais precisamente do Córrego Grande, e não é conhecido o Rio São Lourenço pelos índios, presentes e outros objetos, com os quais confundiram no comportamento daquele povo, terminando por mudá-lo quase que completamente. Em 1718 os bravos guerreiros boróro de São Lourenço depuseram suas armas em frente à Igreja do Rosário. Eram tantas que chegou inclusive a surpreender os moradores do então Arraial do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Começava então a partir daí, a conquista das terras indígenas, as terras do São Lourenço. Os militares, após convencer aquele povo de que "não eram exatamente aquilo que pensavam", fundaram a Colônia Tereza Cristina, isso já por volta de 1887. Foi reservada aos índios, entretanto, uma área correspondente a 100 mil hectares. Teria sido a primeira demarcação efetiva das terras indígenas.

Em contato com os não índios era também o início do marco destrutivo desse povo. Até então, eles não conheciam a bebida alcoólica; só se registra uma bebida característica ao vinho feito por Acuri, tomado apenas em ocasiões festivas) e também o sal e o açúcar, além das roupas de tecido, ponto hoje importante e de grande peso na sua descaracterização.

O sal trouxe vários problemas salmológicos. Os Boróros têm uma tradição arrancar todo o dente próximo às vistas, tais como: cílios e sombrancelhas. Ao se alimentarem com o sal, o suor derramado com maiores proporções do grau ácido, caía-lhes (e ainda cai) sobre os olhos. Muitos Boróros por causa disso, terminaram por perder completamente a visão. Já o açúcar prejudicou a dentição, quase sempre terminando com a perda dos dentes devido às inúmeras cáries. Além disso, o açúcar ingerido acabou trazendo até mesmo a descalcificação dos ossos, tomando-os muito mais frágeis a quebraduras.

Foi quando apareceu o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, que, no seu mais alto estilo pacificador e comprovadamente amigo dos índios, conseguiu a amizade daquele povo. Durante toda a sua vida, Rondon

sempre contou com a simpatia e o apoio dos Boróros, não apenas do Grande Córrego, hoje conhecido como Gomes Carneiro, mas também de outras comunidades, que sobraram dentro da faixa de 4 mil quilômetros quadrados que ligava o Vale do Araguaia às fronteiras com a Bolívia. Rondon demarcou 65 mil hectares aos índios boróros de Gomes Carneiro, ou Tereza Cristina ou mesmo do Grande Córrego. Isso aconteceu no final de 1886 e em 1887 é aprovado pelo governador Antonio Corrêa e Castro, especificamente 65.923 hectares.

Dos 100 mil hectares dos boróros, que a partir de agora denominaremos de Grande Rio, os índios ficaram com 65 mil, perdendo uma parcela de que a Colônia Tereza Cristina, criada para pacificar os índios, havia lhes reservado. Pelo sim pelo não os documentos do então SPI - Serviço de Proteção Indígena, apontavam os 65.923 hectares.

O processo de decadência dos índios Boróros, especificamente, uma vez que outros povos fazem parte dessa mesma esteira, teve prosseguimento a partir de 1950, no Governo de Fernando Corrêa da Costa. O integrante da antiga UDN, conforme documentos do antigo Serviço de Proteção aos Índios - SPI e de antropólogos, nesse ano, passou a expedir títulos de propriedade indevidamente dentro dos 65 mil hectares a não índios. Os Boróros voltam a reagir, começando a partir daí uma grande discussão sobre o assunto. O SPI, por sua vez, só tomou partido mesmo 15 anos após, em 1965, entrando com ações judiciais contra os detentores de títulos nas terras demarcadas por Rondon.

No auge das discussões, aqueles índios receberam novas cargas de sedução, aplicados também pelos fazendeiros, que introduziram o tabagismo e outros vícios em Córrego Grande. Paralelamente, um ano depois, misteriosamente (e até hoje sem qualquer explicação convincente) o juiz de direito Domingos Sávio Brandão de Lima manda arquivar sumariamente essas ações de anulação de títulos e reintegração de posse. Era, num todo, 85 ações.

Mas isso não bastava aos fazendeiros beneficiados com o ato ilícito do Governo Fernando Corrêa da Costa. Eles precisavam de garantias judiciais para ter asseguradas suas terras. Foi quando o governo Pedro Pedrossian entrou em negociações com o então ministro da Agricultura Nei Braga, com o qual, foi formulado um convênio em que os índios perderiam 30 mil hectares dos 65 mil registrados no SPI: sobraram aos boróros de Córrego Grande apenas 26 mil hectares de terras descontínuas e que também não interessavam a ninguém. Nova derrota. Isso também era pouco. Em 66, a Assembleia Legislativa aprova, através de Lei Estadual 2.630 a le-

gitação das invasões, incluindo inclusive a redação inicial do convênio Pedrossian/Nei Braga.

Seme, com esse ato, uma das maiores aldeias do Córrego Grande, a Kejiara, cujos índios que nela habitavam tiveram que ser redistribuídos em outras comunidades. Os boróros perderam Kejiara, perderam o domínio das terras tituladas ilegalmente, ficando com apenas 35 por cento daquilo que lhes pertenciam de fato e de direito, segundo atesta Levi Straus, um dos mais famosos historiadores europeus e um dos primeiros homens a estudar o comportamento e a vida dos povos indígenas situados na América do Sul.

O que o governo estadual fez não foi contestado pela União. O que se viu foi novamente novos confrontos entre índios e não índios, desesperados, a partir daí, com tantas e tantas perdas. Se os índios têm reduzidos 62 por cento de suas terras com tanta facilidade pelo sentido burocrata dos não índios, porque não continuar as invasões? Talvez teria sido esse o pensamento tomado de assalto pelos não índios, capitalistas por natureza, beneficiados com as negociações da jogatina de papéis, que levou Hélio Becker, inspetor do SPI, pedir ao presidente da República na época, Artur da Costa e Silva, a interdição dos 65.923 hectares para que ela ficasse em poder dos índios. Mas o jogo de interesses não índios levou aquele presidente a fazer ao contrário, ou seja: matar todas as esperanças dos boróros ao decretar a área indígena a mesma eleita pelo governo de Mato Grosso.

Os 26 mil hectares, entretanto, não ficaram integral por causa das invasões que se sucederam. Gomes Carneiro ou Córrego Grande, sofria. A demarcação acabou prejudicando aquele povo ao ter sido separado dois mil hectares no meio da reserva, propriedade de José Roberto Ferraz, que se colocou entre duas aldeias, dizendo que ali não havia índio. A comunicação entre as aldeias de Córrego Grande e Piebago estão até hoje interrompidas. Para que os índios saiam de uma para outra é obrigado a passar pela propriedade, que agora pertence a Licínio H. O. Arantes, que planeja lotear os dois mil hectares e criar colônias de férias para turistas. O notável é que para se chegar a sua propriedade, Licínio Arantes passa a pouco mais de 100 metros da Aldeia Grande Córrego, que está dentro do Posto Indígena Gomes Carneiro.

E mais: isso levou o próprio SPI, através de Hélio Becker, a entrar na Justiça para impugnar a demarcação, considerada por ele como desonesta quando da colocação dos marcos. Isso talvez teria levado a José Pinto, comerciante de Rondonópolis, a se aproveitar para também se instalar ali. A

questão foi parar no Tribunal Federal de Justiça de Cuiabá, no qual o comerciante foi considerado invasor. Ele recorreu ao Tribunal Federal de Recursos. Novamente perdeu e, no Supremo Tribunal Federal foi determinado a aplicação da decisão do juiz de Cuiabá. José Pinto, porém, continua dentro da reserva.

Os boróros também reclamam da Fazenda Canaã, que hoje é também chamado de Coroados (sinônimo Bororo, por coincidência), de propriedade do deputado estadual Moisés Feltrin. Essa questão se encontra atualmente em discussões. É possível que haja problema (ou fraude) na colocação dos marcos, quando da demarcação. Os índios, porém, insistem que os limites da propriedade se encontra dentro dos 26 mil hectares. Mas se não tiver, estará dentro dos 65 mil e se escapar dos 65 mil hectares, estará dentro dos 100 mil.

Esses dados representam apenas 30 por cento da documentação encontrada e de acesso na Superintendência da Funai para o Centro-Oeste. As demais são consideradas de segurança nacional e estritamente sigilosa. Inclusive esses documentos são epigrafados como "Ultra-Secreto", quando na verdade a área sequer se encontra localizada em região fronteiriça com outro Estado.

Motivados pelos receios de se encaminharem no mesmo processo de extinção do qual se encontram hoje as "reservas" de Jarudore e Pobojaró, "que são reservas mas não vive nenhum índio, expulsos pelas armas de fogo dos interesses fundiários, os Guardiões do São Lourenço, resolveram mudar o jogo. Numa assembleia-geral, do qual participaram todas as lideranças dessa comunidade, espalhadas em todo o Estado, Conselho Indigenista Missionário, Operação Anchieta, Funai e antropólogos, Sylva Cayubi Novaes e Paulo Serpa, ambos do Polonoroeste, traçaram os encaminhamentos de como recuperar suas terras perdidas ao longo dos anos. Nessa reunião foi possível "arrancar" do órgão tutor, a Funai, promessas de que será medido no esbulho processório do Estado de Mato Grosso, embora os índios tenham deixado claro a sua dúvida quanto a capacidade da Funai em resolver o problema.

Taticamente, ficou definido que o primeiro passo será recuperar os dois mil hectares que separam Grande Córrego de Piebago, para em seguida, retomar os 65 mil hectares. Para isso, foi tirado uma comissão de líderes Boróros para acompanhar todos processos. Para quem pensou que os Boróros estavam mortos, haviam desaparecidos ou dominados pelos vícios tabagistas ou alcoólicos, erraram. Esse povo agora volta a lutar como legítimos herdeiros da terra.

Isso demonstrou claramente que durante todos esses anos que o 'Coração dos Boróros, como é conhecida a aldeia Grande Córrego,

dentro do Posto Indígena de Guimás Carneiro, na região de Rondônia, foi dominado pela sira colonizadora, eles souberam preservar sua indianidade. A cada destruição, a cada perda, os boróros renascem das cinzas. Agora, com o coração batendo mais forte.



Líder da Aldeia de Garças: reforçando a luta dos Boróros



O líder da aldeia de Sangradouro também esteve presente

CIMI contesta

Feltrin

O Conselho Indigenista Missionário, acusado pelo deputado Moisés Feltrin, de querer se apoderar de uma fazenda na reserva indígena Gomes Car-

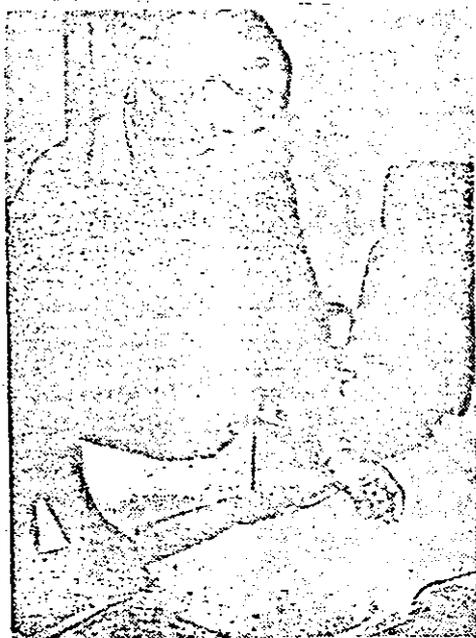
neiro, reagiu as acusações do primeiro secretário da Assembleia Legislativa. Segundo Elcio Correa Gomes, do CIMI, de qualquer "maneira a fazenda do deputado está dentro de território de origem borora". Assim como Elcio os índios bororos também afirmam que as terras de Feltrin são indígenas. Elcio também argumenta que as demarcações da reserva foram feitas de maneira irregular.

CIMI - MT

Fonte: J. Coimbra Cuiabana

Data: 24 / 05 / 87

Missionário contesta Feltrin



Feltrin rebate e prova. Igreja contesta

"De qualquer maneira as terras do deputado Moisés Feltrin estão dentro de território de origem indígena. Se ele escapar da demarcação efetuada pelo marechal Cândido da Silva Rondon, não escapará, fatalmente, da reserva anterior de cem mil hectares, que foi legitimamente dos bororos, por ato do governador, Antonio Correa e Castro". Estas palavras são do assessor jurídico do CIMI, Conselho Indigenista Missionário, Elcio Correa Gomes. Para Elcio as evidências apontam o deputado Moisés Feltrin, primeiro secretário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, como um dos invasores da reserva indígena de Gomes Carneiro, e posse imemorial dos Índios Bororos.

O deputado se irrita com esta discussão. Na Tribuna Cuiabana de 1 de maio, Feltrin respondeu a matéria anterior sobre o assunto, afirmando que "os padres são desonestos" e: "com esta história de defender comunidades indígenas, os padres abandonam o patrimônio alheio". O ataque de Feltrin, na verdade, se dirigia ao Conselho Indigenista Missionário. Para "Elcio Correa Gomes", se o deputado tem tanta certeza de seus direitos, não precisa se exaltar e partir para ofender quem sempre lutou ao lado dos mais fracos". E acrescenta: "foram os próprios índios, que já eram donos destas terras muito antes do Senhor Moisés Feltrin aparecer que afirmaram que a fazenda Canaã, atualmente fazenda Coroados (nome de origem Borora), faz parte do seu patrimônio".

Na sua resposta, o deputado Moisés Feltrin disse que sua fazenda possui "o título definitivo expedido pelo Departamento de Terras e Colonização, hoje Intermat, em 28 de novembro de 1958. O advogado do CIMI argumenta que isto não significa muita coisa". O departamento de terras passou para a história como um profundo e lamentável poço de corrupção, que sempre beneficiou alguns fazendeiros poderosos contra índios e agricultores pobres", afirma o advogado.

A fazenda Coroados está fora ou dentro dos 65 mil hectares? A Funai ainda não tem uma palavra oficial sobre o assunto. Desde a reunião dos líderes bororos, no início de maio, no entanto, a Funai não está conferindo a antiga demarcação, que foi viciada por um processo de negligência por parte de funcionários do an-

11

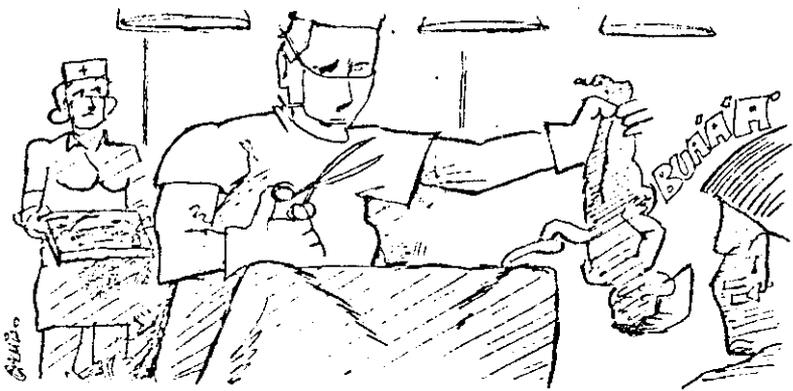
Bornhada

Quarta 14 de Maio de 1987 DIÁRIO DA MANHÃ

Hospital vira mania de fardo

Parto de cócoras perde terreno para cesariana

A Índia Catarina filha do sargento José Maria Juruna não viu nunca sua primeira filha em nenhuma maternidade do Hospital geral de Curitiba em nenhum de seus partos. A criança foi trazida morta de seu ventre, em fato que não causa espanto em indígenas das de Mato Grosso mas que chocou a civilização sulista, onde a parte a recém-nascida virou móvel e as mulheres se não se submetem mais aos partos, de modo tradicional. Ela teve o nome de Maria e foi levada para o Hospital do Município de Água Boa e transferida para o Hospital de Curitiba. A criança morta foi enviada a aldeia para o sepultamento segundo a tradição indígena. Mas por que a morte também não seguiu a tradição?



O médico sanitarista Osvaldo Cid há alguns meses trabalha como coordenador de saúde do Parque Nacional do Xingu tem um mestrado em saúde pública e trabalha no Hospital de Curitiba em vista em grande parte das aldeias e a do município, sempre pela primeira vez em sua vida que ele viu um parto.

Osvaldo Cid acredita que o parto de índios é um ato sagrado e que a mulher não deve ser tocada pelo médico. Ele acredita que a mulher indígena não se dá conta de que está sendo tocada pelo médico e que ela não sabe o que está acontecendo.

O profissional independente se chama quando decide a prática da cirurgia. Ele não sabe que o que ele está fazendo é um ato médico e que ele não sabe o que está acontecendo.

Na aldeia indígena o parto é feito em casa e a mulher não se dá conta de que está sendo tocada pelo médico. Ele acredita que a mulher indígena não se dá conta de que está sendo tocada pelo médico.

Segundo Cid existem partos em todas as tribos, que não sabem tocar o feto em sua posição normal quando há anormalidade e recorrem a todos os meios para corrigir a posição. Estas complicações ocorrem em todos os partos e não são tratadas com o conhecimento que os médicos possuem.

Uma prévia presença brasileira causa um processo mortal, que indica que na vida para o parto a mulher não se dá conta de que está sendo tocada pelo médico.

Com a presença de Brasil, Uruguai e Argentina, o restante da América do Sul tem população predominantemente indígena. Há cerca de 10 milhões de indígenas no Brasil, sendo que a maioria vive no Nordeste brasileiro.

O grande medo dos indígenas brasileiros, segundo Cid, é que os médicos não sabem tocar o feto em sua posição normal quando há anormalidade e recorrem a todos os meios para corrigir a posição.

Baixo astral vai eliminando os bororo

A moda "punk", "dark", "heavy", presente das grandes cidades urbanas do País, com o grupo de Bororo, é a expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Os Bororo são um povo indígena que vive em pequenas aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Os Bororo são um povo indígena que vive em pequenas aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

CONTROLE

Impressões que cultura bororo e a pressão pelo espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Os Bororo são um povo indígena que vive em pequenas aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Os Bororo são um povo indígena que vive em pequenas aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Os Bororo são um povo indígena que vive em pequenas aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Os Bororo são um povo indígena que vive em pequenas aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Os Bororo são um povo indígena que vive em pequenas aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Os Bororo são um povo indígena que vive em pequenas aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Kiko, um bororo de alto astral

O processo de aculturação e a capacidade de defesa do índio na sociedade branca e desvalorização do índio. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Os Bororo são um povo indígena que vive em pequenas aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Os Bororo são um povo indígena que vive em pequenas aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Os Bororo são um povo indígena que vive em pequenas aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Os Bororo são um povo indígena que vive em pequenas aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Os Bororo são um povo indígena que vive em pequenas aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".



Mýky: sem dor e sem mortes

Na aldeia de tribos Mýky no Estado de Mato Grosso, algumas tribos indígenas vivem em aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Os Bororo são um povo indígena que vive em pequenas aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Os Bororo são um povo indígena que vive em pequenas aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Os Bororo são um povo indígena que vive em pequenas aldeias. Eles são conhecidos por sua cultura de resistência e sua luta pela sobrevivência.

A moda "punk", "dark", "heavy" é uma expressão da revolta pela limitação de espaços e a pressão do espaço urbano. Um grupo de Bororo, em Mato Grosso, está sendo eliminado por causa da moda "punk", "dark", "heavy".

Fonte: Je do dia
Data: 03/02/87

Funai está forçando índias bororás tomarem pílulas anticoncepcionais

Mais de oito aldeias indígenas na região que circunda Cuiabá podem estar sendo vítimas da má fé da Funai — Fundação Nacional do Índio — que está distribuindo métodos anticoncepcionais para as índias bororás. A informação foi prestada pelo missionário Mário Bordegnon que esteve em contato com algumas pessoas do Posto Indígena Gomes Carneiro em Rondonópolis e pode confirmar que nessa aldeia está sendo distribuído, indiscriminadamente, pílulas anticoncepcionais.

Segundo informações de um antropólogo da área, já foram realizadas até ligações de trompa, que às vezes foram feitas de forma impositiva e outras com orientação médica. O missionário Mário disse que "a Funai, como tutora dos índios, está abusando de seu poder e limitando o crescimento da raça bororá que está diminuindo".

O missionário contou que quando a aldeia foi formada, em 1886 como colônia militar Tereza Cristina tinha mais de mil

dr. Licínio de São Paulo está loteando a área para pescadores.

A revolta, inclusive do Cimi — Conselho Indigenista Missionário é que a Funai nada faz nem pela saúde dos índios nem pela preservação da terra, opina o coordenador regional Sebastião Carlos Moreira.

A situação no Posto Indígena Gomes Carneiro está tensa, porque até os funcionários da Funai estão contrariados com atitude de controle de natalidade indígena, de forma impositiva e desumana.

MÉTODOS NATURAIS

Os índios tem métodos naturais para não conceber um filho explicou o missionário que atua nas quatro aldeias bororás de Mato Grosso e o método é através de plantas naturais e eles só o fazem quando o número de filhos ultrapassa 5 ou mais, e assim mesmo a decisão parte em geral da mulher.

O missionário contou que na Reserva de Meruri na década de 60 as índias se vendo cerca

índios e hoje o número não ultrapassa 138. Ele também relatou que inicialmente a área era de 100 mil hectares e hoje se resume a 25 mil hectares, dos quais uma grande parte pertence aos invasores "oficiais" que ainda não saíram da reserva.

INVASORES

"Eles que eram os donos de toda a terra brasileira, foram atacados e perderam seus direitos e hoje são atacados de forma mais moderna, com anticoncepcionais" analisou o missionário que não concorda com o procedimento da Funai que dá anticoncepcionais para os índios e não cuida dos invasores de suas terras.

Ao denunciar os invasores, Mário aponta o deputado estadual Moisés Feltrin como um dos que estão na área há muito tempo e que até hoje ninguém teve a coragem de tirar. O deputado tem uma fazenda a anã (que significa Terra Prometida) e dono do cinema em Rondonópolis. José Pinto tem outra de 2 mil hectares e ainda

elas por invasores de suas terras, entraram em desespero por não terem perspectiva de moradia passaram a usar as plantas medicinais para evitar a concepção e só depois que a situação da reserva foi resolvida e eles puderam ter a terra de volta é que elas pararam de evitar filhos e passaram a procriar normalmente. Este período diz Mário Bordegnon reflete o quanto os índios tem autonomia em decidir sobre os seus corpos e sobre o controle de natalidade, que para o missionário não é necessário a interferência dos brancos, e ainda mais com métodos que não são naturais.

A grande queixa tanto do coordenador do Cimi quanto de Bordegnon que a Funai não se preocupa com o nível de vida que os índios tem e muitas aldeias estão se acabando por não receberem assistência médica e no entanto agora eles estão impondo um controle de natalidade, de uma raça em extinção. "Isto é genocídio" concluiu o missionário.

Funai distribui pílula a índias

Fonte: D. Cuiabá

Data: 03/02/87

O Conselho Missionário Indígena (Cimi), depois de um levantamento, descobriu que o serviço médico da Superintendência da Funai para a Região Centro-Oeste está obrigando as índias, principalmente as da comunidade Bororo de Gomes Carneiro (100 quilômetros de Rondonópolis), a tomarem pílulas anticoncepcio-

nais. A medida, entretanto, está sendo repudiada, "pois pode estar associada com interesses de grandes latifundiários, como é o caso do deputado estadual Moisés Feltrin, acusado de invadir parte da reserva". Para o Cimi, "o que estão fazendo com as índias é de má fé".

Funai dá anticoncepcionais a índias

Depois de vários dias de levantamentos, o Conselho Missionário Indígena - Cimi, conseguiu descobrir que o serviço médico da Superintendência da Funai para a região Centro-Oeste, está obrigando as índias, especialmente da comunidade Bororo de Gomes Carneiro, a 100 quilômetros de Rondonópolis, a tomar pílulas anticoncepcionais. Tal medida foi veementemente repudiada, chegando a ser associada inclusive com possíveis interesses de grandes latifundiários, entre os quais, o deputado estadual Moisés Feltrin, acusado de invadir parte da reserva.

A descoberta vai mais a frente. Segundo o Cimi, várias índias já foram esterilizadas, com a ligação das trompas. Todo o trabalho teria sido feito pelo médico do órgão, José Flávio Mendes de Oliveira. Essas operações aconteceram na Chácara dos Índios, localizada no quilômetro quatro da rodovia que liga Cuiabá a Santo Antonio de Leverger. Ali também foram encontradas várias caixas de anticoncepcionais, que, de acordo

com as apurações do conselho, seriam levadas às reservas.

Embora não tenham citado com precisão, o Cimi acredita que essas operações e ingestões de pílulas anticoncepcionais estejam sendo feitas em outras comunidades indígenas. Porém, a maior

incidência que registraram foi na aldeia Bororo de Gomes Carneiro. Nessa reserva, segundo eles, existem grandes problemas, como por exemplo, três invasões: Zé Pinto, e Rondonópolis, e Licínio, de São Paulo, além do deputado Moisés Feltrin, atualmente na 1ª secretaria da AL. "Com o rígido controle da natalidade indígena, eles, a cada dia que passa, estão perdendo suas resistências para lutarem por aquilo que desejam", diz.

Para o Conselho Missionário Indígena, "o que estão fazendo com as índias de Gomes Carneiro, não se admite, pois estão agindo de má fé; porque não se entende os motivos de tirarem a fertilidade das índias quando elas tem uma vasta área para se expandirem". Assinalando que a distribuição de anticoncepcionais e ligação das

trompas das índias e de conhecimento da Funai afirmam que "o que desejam é fazer dali um Jardim e Paraíso, reservas indígenas demarcadas, mas que não existe índios, vindo a beneficiar apenas os fazendeiros".

Além disso criticam o aspecto moral que tal ato representa. "Ludibriar seus próprios tutelados ou até mesmo exigir deles que façam alguma coisa ou tomem remédios para não ter filhos é um absurdo de poder", resalta, assinalando que "enquanto isso, nada fazem para proteger as suas terras, como lá mesmo em Gomes Carneiro, provocando situações", considerando a prática como "da velha República".

Pílulas: Funai refuta acusações do Cimi

A 2ª Superintendência Regional da Funai, em Cuiabá, divulgou nota oficial desmentindo as denúncias do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de que estaria distribuindo anticoncepcionais as índias Bororos, através dos médicos que trabalham na chácara ambulatorial da Funai, em Santo Antonio de Leverger, localizada próximo a esta capital.

"O que o Cimi classifica como genocídio da nação Bororo, na verdade

não existe. Os únicos casos de uso de anticoncepcionais fornecidos pelo setor de saúde da Funai, em Cuiabá, são de duas índias Bakairis - atendidas por orientação médica - e uma índia Bororo, que toma a medicação por decisão pessoal, tratando-se de pessoa bastante aculturada", diz o documento divulgado pelo assessor da superintendência, Eugênio Migués Filho.

Assessor afirma que Funai não faz controle de natalidade

A Fundação Nacional do Índio - Funai, Superintendência Regional de Cuiabá, não está distribuindo indiscriminadamente pílulas anticoncepcionais para as índias da Nação Bororo. Em entrevista coletiva concedida à imprensa na manhã de ontem na sede da entidade, o assessor da Superintendência Eugênio Migués Filho, leu nota oficial da Funai refutando as acusações, que partiu do Conselho Indígena Missionário (CIMI).

Conforme matéria publicada por um veículo de imprensa local, o Serviço Médico da Funai para a região do Centro-Oeste, estaria obrigando as índias, especialmente da comunidade Bororo de Gomes Carneiro, a 100 quilômetros de Rondonópolis, a tomar pílulas anticoncepcionais. Entre outras denúncias, foi dito ainda, que conforme revelou o Cimi, várias índias já foram esterilizadas, com a ligação das trompas, e que todo o trabalho teria sido executado pelo médico, José Flávio Mendes de Oliveira, na Chácara dos Índios, estrada que liga Cuiabá a Santo Antonio do Leverger.

Segundo a nota oficial da Funai, a verdade é que "os únicos casos de uso de anticoncepcionais fornecidos pelo setor de Saúde da Funai em Cuiabá, são de duas índias Bakairi e uma Bororo, e que as duas primeiras tomaram a pílula sobre prescrição médica e a última por decisão pessoal, uma vez que a mesma se encontra bastante aculturada.

O médico, José Flávio deu sua versão para a imprensa. Segundo ele, dentro dos serviços de saúde prestados aos índios, pela Funai, existem alguns casos onde são indicados os métodos de anticoncepcionais por tempo determinado. "Esses casos não foram decididos somente com o meu aval, existe também o de outros colegas profissionais com especialização, dentro da Secretaria Estadual de

Saúde e Inamps. Nós temos estes casos sob controle, mas não afastamos a hipótese, de que, devido ao nível maior de aculturação da comunidade indígena, seja conseguido este tipo de medicamento nos vários municípios".

CONTROLE DE NATALIDADE

Segundo Flávio Mendes, não há nem um objetivo de se fazer um controle de natalidade, que engloba ações maiores, de massa, e um empenho maior. "Por parte da Funai, não existe este tipo de posição e nem um trabalho a desempenhar. Seria necessário averiguar na área se existem outros casos, de pessoas que estão sendo medicadas por outras instituições ou iniciativas próprias.

Conforme explicou Fábio Mendes, ele está há pouco menos de uma ano na Chácara do Índio desenvolvendo um trabalho dentro de seus princípios éticos. "Só faço indicações clínicas precisas, ou uma outra indicação, de individual, de forum íntimo, partindo de grupos mais aculturados", assinalou.

EMANCIPAÇÃO

"A mulher índia está sem emancipando, a Bororo por exemplo, pode sair perfeitamente de sua comunidade, dirigir-se a uma farmácia e comprar uma cartela de pílula anticoncepcional. Essa questão de controle, ou de pílula, para casos específicos, está dentro de um contexto maior de saúde, que ao meu entender, deveria ser mais debatido e discutido", disse Flávio, acrescentando que a sua preocupação é em colocar a saúde da comunidade indígena em discussão, e tem que haver este espaço.

Já o indigenista Reginaldo Flores da Costa que há dez anos montou a Chácara do Índio, disse que a questão dos métodos anticoncepcionais é muito polêmica, em se tratando principalmente das instituições religiosas, que são totalmente contra. "Eu conheço um caso de uma índia Bakairi que vinha perdendo filhos periodicamente. Ela foi a São Paulo, e perdeu o filho lá também. Ao retornar à sua aldeia, veio com indicação para utilizar métodos anticoncepcionais, uma vez que não podia mais contrair gravidez. Conheço ainda um outro caso, de uma índia que para se curar da tiróide, necessitou tomar medicamentos radioativos, e automaticamente, pílulas anticoncepcionais para evitar se engravidar e a criança nascer defeituosa", concluiu o indigenista.

Funai condena Cimi por difamar

O chefe de ambulatório da chácara bororo localizada na estrada de Leverger, Reginaldo Flores da Costa, considerou sensacionalista, irresponsável, infeliz e injusta a declaração do Cimi de que a Funai viesse praticando um genocídio entre as mulheres daquela nação indígena. Ele esclareceu que as índias bororo só utilizam anticoncepcionais quando extremamente necessários para os tratamentos ginecológicos das mulheres, mesmo assim estes casos são bastante raros



(Pág. 4)

Reginaldo considerou sensacionalistas as declarações do Cimi

Funai: tese do genocídio é sensacionalista e absurda

"Houve sensacionalismo na afirmação de que a Funai estaria provocando um genocídio entre os índios Bororo", foi o que disse o chefe de ambulatório da Chácara Bororo da Funai, Reginaldo Flores da Costa, sobre as acusações feitas pelo missionário Mário Berdegnon, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O chefe de ambulatório das aldeias Bororo, disse que respeita muito o trabalho do Cimi, mas complementou que houve desinformação da pessoa que fez a falsa denúncia, classificando-a de infeliz, injusta e irresponsável. Reginaldo classificou como absurda a denúncia do Cimi sobre o genocídio e sobre o interesse de alguns fazendeiros em que isto acontecesse.

Reginaldo Flores disse ontem que realmente existem algumas índias bororo que fazem uso de anticoncepcionais, mas frisou que isto só é determinado pelo médico da Funai, em casos em que a paciente

esteja com problemas ginecológicos, que a impeça de ter filhos. Mas ele esclareceu que mesmo nestes casos, o uso do medicamento é temporário, apenas quando se fizer necessário. "Mesmo existindo muitos casos em que as próprias índias procuraram a medicação anticoncepcional e a laqueadura de trompas, nunca houve casos em que um médico da Funai tenha autorizado tal procedimento, a não ser que a vida da índia corresse perigo", relatou o chefe de ambulatório.

Devido a aculturação existente na nação bororo e por esta ter uma cultura baseada no matriarcalismo, estas índias sempre tiveram mais autonomia e liberdade do que as mulheres de outras tribos, o que faz com que várias mulheres bororo utilizem-se dos serviços médicos do Inamps, que como se sabe distribui anticoncepcionais aleatoriamente às famílias carentes sejam de raça branca ou indígena.

Funai desmente as acusações do Cimi

Eugênio Miguens Filho, superintendente substituto da Funai/MT reuniu ontem a imprensa para uma coletiva e desmentiu veementemente as acusações formuladas contra o órgão pelo Cime - Conselho Indigenista Missionário. Segundo as denúncias, um levantamento feito pelo Cimi descobriu que o serviço médico da Superintendência da Funai para a Região Centro-Oeste está obrigando as índias, principalmente da comunidade Bororo a tomarem pilulas anticoncepcionais. Eugênio Miguens acompanhado do médico responsável pelo atendimento emergencial aos índios afirmando que há apenas três casos de medicação de anticoncepcional. Uma nota oficial sobre o assunto foi distribuída à imprensa.

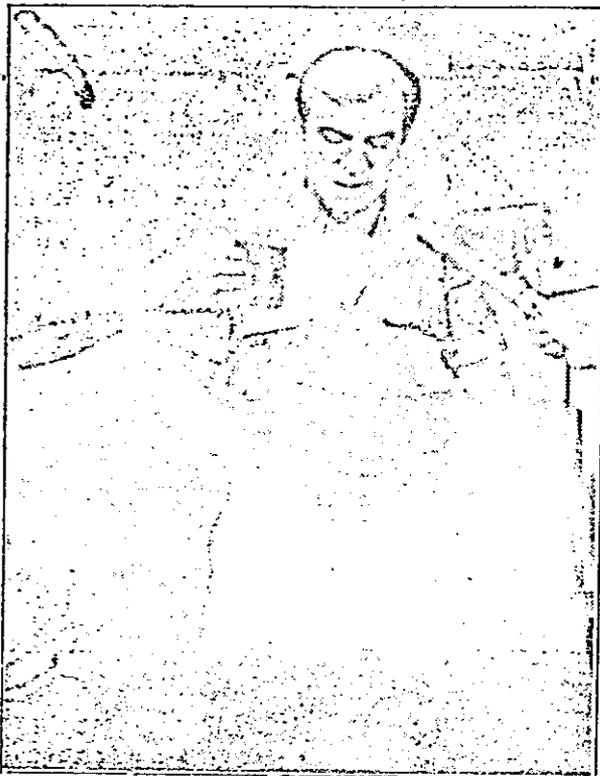
Segundo a nota, a distribuição de anticoncepcional é falsa como também a classificação dada pelo Cimi ao fato, de "genocídio". "Não há nenhuma intenção de extermínio das nações indígenas através do controle de natalidade", ressaltou o superintendente substituto afirmando desconhecer a existência de qualquer estoque do remédio como afirmou o Cimi. Eugênio Miguens lembrou ainda que os índios, dependendo do seu nível de aculturação, decidem espontaneamente pelos métodos anticoncepcionais dos brancos e podem conseguir a medicação em qualquer hospital da rede hospitalar em que se tratam.

"O Cimi levantou uma questão grave de maneira dura e injusta e isso só pode ter sido feito por razões políticas pessoas que querem aparecer", defendeu o superintendente substituto.

O médico Fábio Mendes e Reginaldo Flores Costa, chefe da Chácara onde funciona o centro hospitalar da Funai (quilômetro quatro da estrada de Cuiabá-Santo Antônio do Leverger) confirmaram a existência de apenas três casos de índias medicadas com contraceptivos. Duas são índias Bakairi e uma Bororo, as duas primeiras por orientação médica e a última por decisão pessoal, sendo esta bastante "aculturada", conforme a nota oficial.

Eugênio Miguens disse ainda que desconhece o levantamento realizado pelo Cimi e qualquer documento que o órgão tenha comprovando suas acusações. Por outro lado, afirmou que "a Funai possui provas de que os únicos casos de uso de anticoncepcional foram os das três índias".

Funai refuta acusações sobre anticoncepcionais



Eugênio Miguens lê o documento que foi entregue à imprensa

O superintendente substituto da Funai (Fundação Nacional do Índio) para a região Centro-Oeste, Eugênio Miguens Filho, rebateu ontem as acusações formuladas contra o órgão pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário), de que estariam sendo distribuídas pilulas anticoncepcionais para as índias da comunidade Boróro de Gomes Carneiro. Segundo ele, "há apenas três casos de medicação com anticoncepcionais naquela comunidade, e não existe nenhuma intenção de extermínio das nações indígenas através do controle da natalidade". Ele acrescentou que desconhece o levantamento realizado pelo Cimi e que a Funai possui provas de que os únicos casos de uso de anticoncepcionais são feitos com três índias. (Pág. 16)



O médico Fábio Mendes confirma existência de três casos.

Fonte: J. de B. ...
Data: 30/02/89

Índias da nação bororo mudam velhos métodos e estão tomando pílula

F
F
I

Cuiabá — A pílula anticoncepcional já não é de uso exclusivo do chamado mundo civilizado. Mulheres da nação indígena bororo, de Mato Grosso, apesar de terem seus próprios anticoncepcionais, extraídos de ervas cujos nomes são mantidos em segredo, descobriram que a pílula é muito mais prática e passaram a utilizá-la. Soube-se do uso de anticoncepcionais pelas mulheres da nação bororo a partir de uma denúncia feita pelo coordenador regional do Cimi (Conselho Indigenista missionário) em Mato Grosso, Sebastião Carlos Moreira, de que a Funai estaria distribuindo indiscriminadamente pílulas às mulheres dos bororos, como forma de controlar a natalidade. A denúncia não foi confirmada quanto à interferência da Funai, mas acabou revelando que várias daquelas índias já se utilizam desse método anticoncepcional, pois são aculturadas e têm livre acesso às farmácias, onde o produto pode ser comprado sem qualquer receita médica.

O chefe da 2ª Superintendência da Funai, sediada nesta capital, Cantídio Guerreiro, nega veementemente que o órgão esteja adotando programas de controle da natalidade em qualquer nação indígena. O mesmo desmentido é feito pelo médico José Fábio Mendes de Oliveira, que trabalha para a Funai e nega a distribuição indiscriminada do medicamento, mas admite que existem casos de índias que tomam pílulas por indicação médica (quando a gravidez representaria perigo para a saúde); há as que tiveram suas trompas ligadas e, principalmente, há mulheres bororo que fazem uso da pílula à revelia da vontade da Funai, pois têm livre acesso às farmácias.

— Só receitamos a pílula quando há indicação de necessidade médica, e assim mesmo por períodos determinados. Não há nenhuma política de distribuição indiscriminada de pílulas. Existem índias que ligaram as trompas, mas porque já estavam na terceira cesariana e as normas técnicas indicam esse procedimento — explica o médico José Fábio de Oliveira, para quem a questão deve ser discutida em outro nível, porque os índios enfrentam problemas de saúde bem mais graves, como a subnutrição e as doenças contagiosas transmitidas pelo homem branco.

Cleusa, uma bororo de 17 anos, mãe de dois filhos, diz que as mulheres da sua tribo tomaram conhecimento da existência de pílulas através de um casal de americanos que por vários anos conviveu com os bororos, fazendo pesquisas sobre lingüística. Nega, entretanto, que o casal tenha fornecido o medicamento.

Indigenistas da Funai revelam que a mulher bororo, muito mais emancipada que as de outras nações indígenas, têm uma vida sexual bastante intensa e costumam ter mais de um parceiro, o que as levou, historicamente, a usar anticoncepcionais como pioneiras entre as índias.

A nação bororo foi a maior de Mato Grosso, dominando um território que começava no pantanal — fronteira com a Bolívia — e se estendia até o Vale do Araguaia, no extremo leste. Vários decretos de governos estaduais passados, e até do governo federal, além das freqüentes invasões de suas terras por fazendeiros, provocaram uma redução sensível no território, limitado hoje a cinco pequenas reservas. Ao todo, a população dos bororos atualmente não passa de 800 pessoas.